

SESSÕES DO PLENÁRIO

24ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de setembro de 2021. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 24.263/2021, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de precatório federal e dá outras providências e o Projeto de Resolução 2.957/2021, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que estabelece a suspensão temporária por 30 dias do exercício do mandato do deputado Capitão Alden.

Espero que nesta data a gente encerre logo esse problema que já vem se desenrolando aí por alguns dias. De acordo com o Regimento Interno, a votação do projeto de resolução do Capitão Alden será secreta. Repito, mais uma vez, será secreta. Quem não estiver presente aqui votará pelo sistema SevWeb.

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Não há orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde demais deputados e deputadas. Saúdo as pessoas que acompanham a transmissão da nossa TV ALBA e a imprensa também que acompanha aqui a nossa sessão.

Iremos utilizar o nosso tempo de tribuna nesta tarde de hoje, Sr. Presidente, para tratar de três temas que me parecem muito importantes no atual momento. Primeiro o tema da PEC 32, a famigerada reforma administrativa, que de reforma não tem nada. Nós sabemos qual o sentido dessa palavra. Sentido de reforma tem uma perspectiva de mudança positiva, ninguém entra na sua casa quebrando os quadros, quebrando os eletrodomésticos, quebrando sua mesa, suas cadeiras e chama isso de reforma. Isso não é reforma! Isso é um processo de destruição. E é precisamente esse conteúdo que pode ser levado à votação numa comissão especial no Congresso Nacional e pode vir a plenário na Câmara dos Deputados, aprovando, portanto, naquela Casa para passar, num segundo momento, no Senado. Por isso, o funcionalismo público de todo o Brasil está mobilizado, especialmente ocupando Brasília e pressionando os deputados para que esse absurdo não aconteça, Sr. Presidente.

O que nós entendemos sobre essa reforma é que é, fundamentalmente, a destruição de todas as carreiras do serviço público. Eles querem simplesmente impor cinco vínculos de trabalho no serviço público, sendo que quatro não possuem estabilidade, portanto não tem carreira! Vão ser cargos que serão ocupados de maneira fragmentada no tempo e no espaço para abrir a perspectiva de que as empresas privadas entrem e façam do que hoje é um serviço público uma mercadoria. É isso que está por trás! É o esfacelamento completo da carreira do serviço público para definir as possibilidades dos servidores e das servidoras responderem às necessidades do nosso povo nas mais diversas áreas, como na área de saúde. Nós vimos como se afirmou o nosso Sistema Único de Saúde mesmo com tantos cortes de recursos. A área de educação da mesma forma. Enfim, no Judiciário, na segurança pública, em todas as áreas em que a população tenha essas necessidades respondidas, isso vai ser simplesmente cortado, porque sem o serviço público não tem efetivação de direitos.

E aí entra a iniciativa privada ocupando os espaços e simplesmente sangrando os cofres públicos para um serviço que não tem acúmulo de conhecimento, para um serviço que vai ser fragmentado, para um serviço que, portanto, vai ser a antítese do que a nossa Constituição de 1988 afirmou. E foi uma negação do que aconteceu no Chile de Pinochet, e nós estamos vendo agora toda a população do Chile indo para as

ruas e reconstitucionalizando aquele país para afirmar que é preciso ter direitos básicos garantidos e isso não se efetiva sem serviço público.

Portanto, todo o apoio ao movimento sindical, ao conjunto das entidades que estão, hoje, em Brasília, que estão nesse processo de mobilização para que o nosso país não vire as costas completamente nesse contexto tão cruel que é o contexto da pandemia, não vire as costas completamente à efetivação dos direitos do nosso povo.

Quero aqui registrar também, Sr. Presidente, – como registramos na semana anterior como expectativa – que estivemos na cidade de Porto Seguro. Lá participamos do ato da categoria e da população de Porto Seguro por justiça em relação ao assassinato, à execução brutal de Elisney e Álvaro, dois professores que faziam a luta pela transparência, pela moralidade da aplicação dos recursos públicos na cidade de Porto Seguro e que foram brutalmente assassinados, inclusive, a partir de uma chantagem que foi feita por sequestradores que levaram parte de suas famílias para um local e chamaram esses companheiros para que fossem ao encontro da sua família e lá eles foram brutalmente assassinados, foram literalmente fuzilados.

Então, foi um ato muito representativo. Estivemos, eu e o deputado federal Valmir Assunção, nesse ato, falando para a categoria, falando para o conjunto dos apoiadores num ato muito significativo, próximo à Praça das Pitangueiras. Numa rótula, foram depositadas centenas de referências de luto e o pedido de justiça, que, precisamente, neste momento, Sr. Presidente, precisamos que toda a sociedade seja organizada, todo o mundo da política faça o Judiciário entender que não pode mais adiar o júri popular.

O júri popular, depois de anos e anos... Esse assassinato, essas execuções aconteceram em 2009, há mais de 10 anos. Precisamente 12 anos depois, nós conseguimos que o STF aprovasse o júri popular, mas ele precisa ser efetivado para que a justiça seja feita. Já existe a suspeita pesando tanto em relação ao prefeito da época, a secretários, a altos funcionários da prefeitura. Tudo indica que foi um crime de mando para que se criasse obstrução em relação à afirmação de uma posição moralizadora.

E por falar em agressão do mundo da política, eu quero só concluir fazendo uma referência de solidariedade a nossa companheira Vivi Reis, deputada federal do Pará, nossa companheira do PSOL, que, mais uma vez, teve o seu escritório invadido e vandalizado. Isso acontece duas vezes, da mesma forma, e nessa segunda vez, inclusive, praticamente nada foi levado, apenas um notebook. Vários aparelhos eletrônicos existiam nesse escritório político da companheira Vivi Reis, mas nada foi levado. O que mostra que nós podemos ter, no estado do Pará, mais uma sinalização de repressão política. Esse partido, que é o Partido Socialismo e Liberdade não teme a luta e a maior demonstração disso foi a postura aguerrida da companheira Marielle Franco, o nosso partido não vai recuar diante das pressões, especialmente de grupos gangsteristas que se espalham por este país e, infelizmente, não é diferente no estado do Pará.

Toda solidariedade à companheira Vivi Reis. Nós vamos apresentar aqui uma moção de apoio e solidariedade para que esta Casa aprecie e que nós possamos nesse sentido também fortalecer a....

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton? Alô, alô, deputado Hilton? Para concluir, deputado Hilton.

Alô, alô, concedo...

(Interferência na conexão.)

O Sr. HILTON COELHO: O.k., presidente, concluindo já.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Olhe o som... Deputado Hilton, o tempo já passou. Deputado Hilton, fui até tolerante.

Alô, alô!

O Sr. HILTON COELHO: Já concluí, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desliga aí, Hilton.

Alô, alô! Alô.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria e líder do bloco ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 6 minutos, o deputado Robinho e 6 minutos, o deputado Júnior Muniz.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de 6 minutos; e o deputado Júnior Muniz, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, presidente Adolfo, colegas, é mais uma satisfação estar aqui nesta Casa do Povo para falar de coisas importantes para o nosso povo e para a nossa Bahia.

Eu quero frisar acontecimentos estarrecedores que vêm acontecendo, na Bahia, concernentes à segurança pública. Estou sem acreditar. Quando ouvi gravações nas redes de WhatsApp, onde o secretário de Segurança Pública, o Sr. Ricardo de Mandarin, fala que o governo devia liberar a droga, sobretaxar a cocaína, a maconha e que esse dinheiro fosse utilizado para investimentos. Até parece que é esse o sentimento do governo do PT. É criar imposto, mais imposto, na ganância do imposto até a questão de liberar droga. Eu quero repetir isso aqui: o secretário de Segurança Pública do governo da Bahia claramente em gravações falando da liberação de drogas. É uma coisa assim de assustar. E o que eu fico assustado é que houve a manifestação, houve a gravação do secretário de Segurança Pública e o governador nada fez. Se calou, é porque consentiu; se o governador não fez nada, não tomou atitude, é porque ele está concordando, isso é o pensamento do governo do estado com relação à droga.

É por isso, colegas, que o histórico da Bahia concernente à Segurança Pública é um histórico estarrecedor! Fontes, através do *GI* e da USP, Universidade de São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Bahia está em primeiro lugar, é o maior índice, é o maior índice de violência no Brasil.

Agora, há outra coisa para nos entristecer: a Bahia está em último lugar em relação à educação. Aí é que eu falo: é a inversão dos valores, é a inversão dos valores. Onde nós devíamos estar nos cenários, nos gráficos, em primeiro lugar, que é na educação, a qual entendo que é a parte mais importante, na qual o governo pode ajudar seu povo, na educação, a Bahia está em último lugar. E onde deveríamos estar em último lugar, que é na questão de assassinatos, de violência, a Bahia é o estado com o maior índice de violência do Brasil. Está invertido, é a inversão de valores. Onde deveríamos estar em primeiro lugar com relação a uma qualidade de educação, o ensino em primeiro lugar, não, o ensino da Bahia é o último colocado. É este o governo que é bem avaliado? É o governo que tem comando, que cuida do povo? Onde a educação está em último lugar? Onde o índice de assassinato está em primeiro lugar?

Então, a educação era para estar em primeiro lugar. Estamos em último lugar. E a violência, a maior do Brasil é na Bahia. Que governo é este, gente? É este o governo que nós queremos para o povo da Bahia?

A questão que saiu hoje nas redes sociais também, a perícia feita no caso do soldado Wesley. A perícia sustenta que ele foi executado. O policial estava lá fazendo seu barulho, devia deixar o cara quietinho, cansar e ficar lá distanciado para não ter problema. Executaram. Isso é o perito que diz, não é o deputado Robinho, não. É assim... E quem comandou isso? Foi por ordem de quem isso? É uma pergunta que o povo da Bahia precisa saber. Com ordem de quem foi executado o soldado Wesley?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, amigos, só para terminar as minhas palavras, o governo da Bahia está fazendo uma licitação para comprar câmeras, R\$ 656 milhões para comprar câmeras! E para colocar a câmera no peito do policial, o policial vai ser monitorado, mais de R\$ 1,5 bilhão! É inversão de valores aqui na Bahia. O bandido fica solto e o policial...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fica monitorado. É a inversão de valores do governo da Bahia!

Povo baiano, preste atenção no governo que nós temos.

Um abraço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, antes de passar a palavra para o deputado Júnior... O deputado Robinho falou em licitação, e eu aproveito a deixa para dizer aos Srs. Deputados que os veículos da nova licitação, pelo que me foi informado, já estão chegando da Toyota.

Gostaria de informar que, quando cheguei a esta Casa, em fevereiro, já encontrei a licitação que foi feita pelo ex-presidente, o nosso colega Nelson Leal, e a licitação iria vencer agora no mês de setembro. Então, foi aberta outra licitação e quem ganhou foi, simplesmente, a maior empresa do mundo, deputado Robinho, a Toyota, que tem um braço, hoje, para aluguel de veículos.

Portanto, o que muito nos tranquiliza é que ninguém tem condição de dizer absolutamente nada e por um valor que eu acredito que só a Toyota para aguentar. Como todos os veículos estão muito caros, um veículo, hoje, que eu acredito de R\$

180, R\$ 200 mil, pelo valor de R\$ 4 mil mensais. Então, pelo menos, aí ninguém tem condições de dizer absolutamente nada.

Queria dizer, Srs. Deputados, que a empresa que está aí mergulhou no preço lá no passado. Por essa lei brasileira, como tantas absurdas, que dá o direito de todo mundo concorrer, muitas empresas concorrem sem condição de honrar o compromisso e não têm um seguro, o que era fácil de resolver... Resumindo, muitos colegas nossos, como o Soldado Prisco, estão sem veículo; outros veículos estão sem manutenção, porque a empresa já sabendo que já chegou ao final... Claro que ela teria que seguir o contrato até o final – eu estou determinando segurar o pagamento –, mas ela está dando trabalho na manutenção e na substituição dos veículos de alguns colegas nossos, mas, se Deus quiser, dentro de poucos dias, esse assunto já estará superado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Júnior Muniz pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho aqui a esta tribuna e quero começar parabenizando o nosso presidente pela lisura na licitação dos carros que, em breve, chegarão para cada parlamentar. Parabéns, presidente! E quem ganha com isso é a Casa, são os parlamentares que vão desenvolver o seu trabalho pelo interior da Bahia.

Sr. Presidente, venho aqui a esta tribuna falar de um fato que aconteceu, esta semana, na Bahia, em que todos os baianos foram pegos de surpresa com o afastamento do diretor do Dnocs, Lucas Maciel Lobão.

Eu venho aqui, presidente, me solidarizar, não com o Lucas Lobão, mas com o povo baiano que perdeu, porque foi afastado um grande cidadão que fez um trabalho excelente, vem fazendo um trabalho excelente no Dnocs pela nossa querida Bahia.

Falando com alguns colegas parlamentares, com o nosso líder da bancada do PP, deputado Cacá, e outros deputados, pedi a eles que fizessem o possível para que esse caso fosse revertido, porque quem perde, Sr. Presidente, quem perde, Srs. Deputados, é o povo baiano. E não tenho dúvida que a sensatez do nosso ministro Ciro Nogueira, do meu partido, o PP, juntamente com os demais ministros, vai chegar até o Palácio do Planalto e retornar um dos melhores quadros que a Bahia já teve à frente do Dnocs. Meu presidente, venho falar isso e pedir aos meus colegas deputados... Lucas Lobão, independente de posição partidária, ele nunca fez distinção de nenhum parlamentar estadual ou federal, ou de qualquer prefeito que chegasse no Dnocs.

Então, conversando, hoje, com os nossos deputados federais da Bahia, liguei para alguns e pedi que interviessem para que, em breve, possamos ver esse querido amigo pessoal, Lucas Lobão, voltar ao Dnocs para fazer um grande trabalho, como o que ele fez pelo nosso estado e faz ali à frente do Dnocs, um órgão federal.

E digo aqui, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nossa Bahia não tem um presidente, tem um órgão do estado que defende a Bahia, e à frente Lucas Lobão. Então, é isso. Eu venho aqui deixar a minha fala para pedir aos colegas deputados que façam

esse esforço também. E não tenho dúvida de que Lucas Lobão atendeu todos os demais deputados ali com lisura, sem diferenciar qualquer partido ou agremiação partidária.

O meu abraço e que Deus abençoe esta Casa e os parlamentares.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, pelos 5 minutos iniciais Carlos Geilson e nos 5 minutos finais, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas, amigos das galerias, colegas da imprensa, no último sábado, Feira completou 188 anos de emancipação política. Foi uma semana de muitas atividades, de inaugurações, anúncios de obras.

E eu, aqui, quero parabenizar o prefeito Colbert Filho por levar esperança, renovação, por valorizar a cidadania. Isso mostra que o povo de Feira de Santana fez a escolha certa no segundo turno pelo progresso e pelo desenvolvimento.

Então, Feira de Santana completa 188 anos, a nossa princesa do sertão. Esse título que foi dado pelo intelectual, pelo jurista, pelo político Rui Barbosa, que tanto orgulha a todos nós por ter nascido neste estado.

Sr. Presidente, como não dizer que o governo Rui Costa não gosta de Feira de Santana? Para dizer isso temos que apresentar dados, temos que apontar onde está esse desamor por Feira de Santana.

No último discurso, semana passada, abordei aqui a questão do Aeroporto João Durval Carneiro, abandonado pela atual gestão, quando o governo evita pagar uma indenização para ampliação da pista no valor de R\$ 15 milhões, alegando que, se assim fizer, vai faltar dinheiro para investir em outros equipamentos da aviação do estado.

Mas não é que nesta semana o governador Rui Costa acompanhou a chegada de um voo inaugural da Azul Linhas Aéreas. O voo saiu do Aeroporto de Confins, Minas Gerais, para o aeroporto da cidade de Guanambi. Guanambi terá quatro voos semanais dessa empresa. Mas aí tem dinheiro, R\$ 17 milhões. Nada contra a investir no Aeroporto de Guanambi, mas que dê a César o que é de César, dê a Feira de Santana o que a cidade merece. Enquanto isso, nós não temos voos porque é preciso desapropriar uma área em torno do aeroporto para a ampliação da pista, e isso custa R\$ 15 milhões.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, é necessário que a sociedade feirense se levante. Já começamos as tratativas com os clubes de serviços, com os movimentos organizados para que cheguemos até o Palácio de Ondina ou à Governadoria e possamos sensibilizar o governador Rui Costa.

Peço também ao deputado Angelo Almeida, que muito bem representa a nossa cidade, peço ao deputado Robinson Almeida, que vez ou outra anda em Feira de Santana, que também leve essa preocupação da sociedade feirense para que o nosso aeroporto seja olhado com muito carinho, que mereça e receba investimentos. Se o governo também vir que é inviável essa desapropriação, que se abra um debate sobre a possibilidade de fazer, de construir um novo aeroporto em uma outra área, quem sabe, nas proximidades do Lago de Pedra do Cavalo. Mas o que nós não podemos ver é que um equipamento tão importante como aquele esteja abandonado, desprezado e, ao mesmo tempo, estejamos assistindo ao governo investir em outras cidades, esquecendo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de Feira de Santana. Isso é mais do que uma prova cabal dessa falta de carinho, dessa falta de atenção para com Feira de Santana.

Aqui fica o meu protesto. E vamos continuar nessa luta, vamos continuar convocando a sociedade organizada para que um dia esse governo seja sensibilizado. Agora, nós só temos até o final do ano que vem porque depois teremos uma...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nova gestão, novos métodos e uma forma muito mais humana e cidadã de governar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente e membros desta Casa, tenho visto ultimamente como anda a segurança pública na Bahia, e que lástima é este secretário de Segurança Pública e o atual comandante-geral da PM. Simplesmente o que a gente queria na Bahia era uma polícia de Estado, e não uma polícia de governo, que segue um partido, que tem pregado *fake news*, uma mentira repetida pelos dois, que o governador tem pregado toda hora: o aumento da violência na Bahia é por causa da política armamentista do governo federal. Que *fake news* feia! Repetida toda hora! O atual comandante-geral da PM foi para a mídia agora, recentemente, repetir isso. É papagaio de pirata do governador? Repetindo *fake news*?!...

Falam tanto em *fake news*, e repetindo essa mentira. Os Cacs, que são atiradores profissionais, jamais nenhum deles, em matéria alguma, foram assaltados, nem as armas desses profissionais foram usadas nos crimes... O aumento da violência na Bahia é pela incompetência do governo do PT. O secretário de Segurança Pública, quando abre a boca, só fala merda. Essa é uma verdade. É a favor da liberação das drogas, e aí o mesmo governo quer combater as drogas. Esse é o secretário.

Esse é o secretário que joga a polícia nas traças, com tantos profissionais competentes na Bahia, sejam oficiais da corporação ou delegado. E aí me trazem um secretário que pode até ter sido um excelente juiz, mas como secretário, toda vez que

abre a boca, é uma pérola, repetindo não sei o quê que esse governo vem pregando, que as armas que estão sendo usadas no mundo do crime hoje são armas legais. A violência na Bahia está aí por incompetência desse governo, por não investir naquele que faz a ponta, não investir na captação, não investir no profissional, não investir em armamento.

Os policiais militares da Bahia não recebem periculosidade, lei aprovada nesta Casa e não regulamentada por esse governo desde 2001. Não há nenhum tipo de valorização. E aí vem o secretário de Segurança Pública, ou o “secretário da insegurança pública”, falar tanta besteira quando ele é chamado. O ex-secretário de Segurança Pública, uma vergonha nacional, envolvido na Operação Faroeste, considerado pelo Ministério Público Federal – não é o deputado Prisco que fala – o chefe da quadrilha, está lá denunciado. Esse é o modelo da segurança pública, e aí querer colocar a culpa no outro governo, na política armamentista...

Para adquirir arma legal no Brasil só falta se exigir a certidão de D. Pedro I, tamanha a dificuldade. A gente sabe que o crime está armado por incompetência, o tráfico de drogas hoje domina a Bahia, determina hora e dia em que se fecham a cidade e o comércio. É assim que tem sido em qualquer bairro de Salvador, seja qual for o bairro.

Quanta incompetência desse governo. Enquanto o povo morre, o governador vai para a mídia fazer *fake news*, o secretário de Segurança Pública e o comandante-geral. É por isso que a segurança pública na Bahia está desse jeito, com total desvalorização do homem que faz a ponte de toda corporação, as viaturas não têm combustíveis, as unidades estão sucateadas, os policiais totalmente desestimulados.

Em todo o Estado brasileiro, acontece essa mesma política armamentista que ele diz aqui. É para o Brasil, a lei da União é para todos. Por que só a violência na Bahia cresce? Por que a Bahia ostenta, nos últimos 10 anos, os primeiros índices de violência? Quer enganar quem com essa mentira contada? O povo da Bahia está sofrendo, e o tempo está chegando para tirar esse governo da mentira, do estelionato eleitoral, dos secretários incompetentes que aí estão, do atual comandante-geral, que, se pregava uma coisa, agora que está no governo está falando totalmente outra, repetindo *fake news* mentirosa. Está feio demais!

Secretário da Segurança Pública, pede para sair, porque não tem condições, não! Você está queimando a sua própria biografia nesse governo. Toda hora que abre a boca, a gente sabe o que é que sai! E o atual comandante-geral tem sido uma vergonha para toda a corporação, do soldado ao coronel.

Nós deixamos aqui o nosso ato de repúdio por este governo que simplesmente não tem tratado a segurança pública na Bahia como deveria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria, ou ao líder do PSD, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg. Liguem o microfone do deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Aqui! Sr. Presidente, por 5 minutos, falará o deputado Bobô; e, por 5 minutos, o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Deputado Bobô, com a palavra por 5 minutos.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Soldado Prisco: Eu queria pedir uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de fazer uma contradição ao que se tem colocado em relação ao secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. É lamentável a pequenez de algumas colocações. Há um debate no mundo inteiro, não é algo do Brasil nem da Bahia, sobre a descriminalização da maconha. Há um debate nesse sentido. E é um direito da sociedade se posicionar numa posição ou na outra posição, mas nós não podemos acusar alguém que tem uma opinião sobre esse tema especificamente.

Esse tema está em debate na Bahia, não é com o atual secretário de Segurança Pública, esse tema vem, na Bahia, com diversos atores dos diversos segmentos organizados da sociedade baiana e também da sociedade brasileira. E é leviano colocar que o secretário de Segurança Pública está querendo liberar o uso de drogas. Quando se fala assim, parece que há uma definição do secretário da Segurança Pública nessa relação de validação da utilização de drogas marginais no estado da Bahia.

Então, eu quero fazer essa correção e pedir às pessoas que tenham a sinceridade de colocar aquilo que, de fato, acontece para a gente não transformar isso aqui em algo de mentiras, mentiras e mentiras na tentativa de virar verdades, verdades e verdades. Não ajuda o Parlamento, não é do nosso feitio trazer *fake news* para esta Casa, e eu lamento essas colocações de forma extremamente rasteira com relação a uma posição sobre um tema que acontece, que está sendo debatido no mundo inteiro, a descriminalização da maconha, e não sobre a liberação de drogas no estado da Bahia ou em qualquer outro local. Lamento que tenha se transformado essa questão numa acusação ao secretário de Segurança Pública da Bahia.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir neste momento que o senhor marque o tempo regimental de 15 minutos, atendendo ao nobre deputado Prisco, uma questão de ordem

no sentido de verificação da continuidade da sessão, e pedir aos deputados e deputadas que deem a presença.

Havia, inclusive, da minha parte, dúvida sobre esta sessão, mas todas as questões foram extremamente sanadas com relação ao tema que eu havia debatido anteriormente. Por isso, nesse sentido, eu peço a cada deputado e a cada deputada que dê presença para que nós possamos votar o projeto que combinamos na semana passada, que é a apreciação da decisão da Comissão de Ética em relação ao Capitão Alden. Isso nós suspendemos na sessão, por acordo, para que votássemos nesta sessão de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, eu acredito que esse projeto do Capitão Alden deva ser votado para não haver um desgaste desnecessário para esta Casa. Eu espero que a gente resolva esse caso logo hoje.

Zerem o painel por favor, marquem o tempo de 15 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só 1 minuto, deputado Sandro.

Srs. Deputados, existe uma questão de ordem do Soldado Prisco para verificação de quorum para continuidade da sessão. Então, Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes e em outras dependências desta Casa e os deputados que se encontram em outros recintos, em suas casas ou escritórios, deem a presença normalmente.

Pois não, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, aqui, por diversas vezes...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tem que dar a presença.

O Sr. Sandro Régis: (...) aqui, por diversas vezes, solicitado por vossa Presidência, por presidências passadas ou até pelo próprio líder do Governo ou Oposição, fizemos algumas inversões de pauta.

E eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a... Eu concordo com V. Ex.^a em número, gênero e grau, eu acho que esta Casa tem que votar hoje o projeto do deputado Capitão Alden. O deputado Luciano Simões Filho, que foi o relator do projeto, me ligou de manhã demonstrando a sua preocupação em votar esse projeto. Então, eu pediria a V. Ex.^a e ao líder do Governo, como nós já fizemos tantas vezes, a Oposição já demonstrou tantas vezes esse gesto, que... se poderia V. Ex.^a fazer o gesto com a Oposição e com o Governo também, se assim o Governo pensar, e inverter essa pauta, e votarmos de imediato, logo, o projeto do Capitão Alden.

Era apenas essa, Sr. Presidente, a solicitação da Bancada da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Existe a concordância do deputado líder do Governo, então nós faremos a inversão da pauta para que encerremos esse assunto hoje, nesta tarde de terça-feira. A gente inverte a pauta e vota primeiro. Quando é acordo de líderes, tudo é possível, votaremos primeiro o do Capitão Alden.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a fizesse a consulta às pessoas, como comumente temos feito, porque tem muitos deputados que

estão na plataforma Zoom, para que V. Ex.^a as chamasse nominalmente para verificar o quorum, como nós temos feito, só utilizando o painel na sua expressão total nas votações secretas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, alguns dos colegas estão em outros lugares que não aqui no Plenário desta Casa? Então solicito que fiquem atentos para dar presença, estou vendo aqui o deputado Antonio Henrique, deputado Marcelino Galo, deputado Osni... Então, solicito que deem a presença para que a gente dê continuidade à sessão...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, a gente tem utilizado, mesmo remotamente... o senhor faz... detectou a presença... Nós só temos utilizado o painel em votação.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, como o líder da Oposição pediu, estamos retirando o pedido de verificação de quorum para cumprir o acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., então, o deputado Sandro pediu para retirar a questão de ordem, vamos dar continuidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria... Tempo do PSD, o líder do PSD é Bobô, por 6 minutos. E o deputado Bira.

Então, pelo tempo de 12 minutos do PSD: por 6 minutos, Bobô; e por 6 minutos... Desculpem, Srs. Deputados, estou muito gripado nesses últimos dias. Então, comunico aos colegas que não é bom vir falar com o presidente nesta semana.

Com a palavra o deputado Bobô por 6 minutos.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, primeiro eu gostaria de prestar minha solidariedade, na realidade, presidente, inicialmente, aos deputados Tom Araújo e Carlos Ubaldino. Eu acho que é muito importante a gente entrar nessa corrente de fé e solidariedade para que eles possam se restabelecer o quanto antes e voltar ao convívio nosso, aqui na nossa Casa, e trabalhar em benefício da população baiana.

Eu queria fazer algumas pequenas considerações que eu considero muito importantes sobre o excelente trabalho, o excelente papel que tem sido feito pela Empresa Baiana de Saneamento, a Embasa.

Primeiro, não só pelos investimentos que a Embasa tem feito, mas, sobretudo, pelo novo olhar, um olhar muito mais humanizado, mais respeitoso para quem mora na área rural da nossa querida Bahia. Então, são muitos os baianos e baianas que têm se beneficiado com o investimento da nossa querida Embasa, com água de qualidade, água tratada. Eu acho que isso é o que verdadeiramente chama atenção de todos nós.

E segundo, o que eu considero muito mais importante ainda, é a repactuação dos contratos que a Embasa tem feito com os municípios baianos. Eu tenho participado de diversas reuniões e tenho tido o prazer de acompanhar alguns prefeitos nessa nova repactuação, ou seja, o contrato novo assinado com a Embasa, e eu vejo o quanto é

importante esse tipo de investimento, investimento em abastecimento de água, investimento em saneamento básico.

Bonfim, minha querida Senhor do Bonfim, minha cidade natal, é um claro exemplo do que eu estou dizendo. A Embasa está fazendo um investimento de cerca de R\$ 65 a R\$ 70 milhões em saneamento. E no momento tão difícil que nós estamos passando com essa pandemia, talvez seja o maior gerador de empregos que nós estamos tendo na nossa região. Então, é muito importante esse investimento da Embasa, e eu quero aqui retratar, mais uma vez, a importância desse trabalho de investimento em água, em extensão de rede e água, e, sobretudo, em saneamento básico.

A Superintendência Norte, sobre a qual eu acabei me referindo no caso de Senhor do Bonfim, ela atua em atendimento a 178 municípios da região. São 153 contratos para serviço de abastecimento de água e saneamento básico que podem ser repactuados, ou seja, só a Superintendência do Norte da Bahia já fez a repactuação de 110 municípios. Contratos novos, extensão de rede e, sobretudo, saneamento básico para atender o novo marco regulatório da Lei 14.026/2020, que prevê metas de universalização do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário até o ano de 2033.

Volto, mais uma vez, a falar da importância desses investimentos porque não são investimentos simples, mas investimentos bastante significativos. E eu acho que só no território do Piemonte Norte, em Itapicuru... Eu não sei, deputado Adolfo, presidente, o quanto Campo Formoso terá também com essa repactuação, mas significa, tenho certeza, que é um investimento bastante significativo que o município terá na questão do esgotamento sanitário.

Aqui vão os meus parabéns, faço questão de fazer isso, ao presidente da Embasa, Dr. Rogério Cedraz, ao Dr. Ubiratan, à Dr.^a Rita, ao Raimundo Neto, que é o superintendente do Norte da Bahia, pelo excelente trabalho, trabalho de excelência que tem feito à frente dessa superintendência. E sobretudo volto a falar, volto a repetir, porque eu acho que é muito importante: no momento tão difícil de pandemia, de pouco emprego, de pouca geração de oportunidades, a Embasa tem sido a mola propulsora nessa questão, não só no emprego direto, mas também nos empregos indiretos, potencializando assim as economias nos nossos municípios baianos.

Portanto, parabéns aqui à nossa querida Embasa, à superintendência e a todos que são envolvidos, em especial, claro, ao melhor governador do país, que é o governador Rui Costa, que é o timoneiro, é o capitão desse processo.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) Com a palavra o deputado Robson, ou melhor, deputado Robinho. Melhor dizendo, deputado Bira Corôa. Desculpe-me, Bira.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu faço uso da palavra, neste exato momento, primeiro para destacar meus sinceros parabéns

ao meu município, Camaçari, que no próximo dia 28 estará completando 463 anos de existência e 263 anos de emancipação política.

Camaçari é um município que surge a partir de um contexto de reestruturação e condução do país, entre os mais antigos municípios do nosso país, berço da civilização. Segundo o historiador que traz um retrato importante destacado, o autor, historiador do nosso município, Diego Copque, que traça nos seus livros *Do Joanes ao Jacuípe* e *Do Jacuípe ao Pojuca* os dois exemplares que retratam a história de Camaçari, da sua origem até os nossos dias.

Município que contribui significativamente com o PIB deste estado, que tem a marca e o legado da história a partir dos tupinambás, com a influência e a contribuição dos oriundos da África, nossos irmãos ancestrais, e da origem europeia, que consolida uma verdadeira aglomeração de manifestações sociais, populares e culturais que demarcam a história daquele município, além da disposição de um povo aguerrido, de um povo de luta.

Então, é exatamente no dia 28 de setembro que celebramos uma data importante para o nosso município. Mais 1 ano sob o efeito da Covid, e o município não terá o tradicional desfile cívico nesse dia ou nessa data, retratando as suas manifestações populares, sociais e políticas como um grande referencial e um marco na nossa história e na condução do nosso município. Mas ficam aqui os nossos parabéns a esse município, a todo o povo camaçariense, desejando paz, saúde, prosperidade e muitas conquistas a todos e todas.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar também de pontuar a minha indignação com a representação do nosso país na ONU. É extremamente vexatório a gente acompanhar a imprensa nacional e internacional e testemunhar a participação do Brasil que joga na condição do descrédito, numa verdadeira piada a céu aberto no mundo inteiro, a Presidência dessa República e os que a ele acompanham. Um ministro que não tem respeito sequer, que não tem a hombridade moral de encarar a reação popular ao vaiá-lo e aponta o dedo como fuga da covardia, da inconsequência, da irresponsabilidade e do descaso. Um presidente que sequer é convidado a adentrar um restaurante, porque vai na contramão do que o mundo inteiro tem exercido para combater a Covid. Por não se vacinar e não usar máscara, tem de comer na rua, porque não pode adentrar um espaço público. Tem de ouvir que não é convidado pelo prefeito para estar no município de Nova Iorque. Mais do que isso: faz um discurso...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) com uma sucessão de mentiras, retratando o que ele tem feito ao longo de todo o tempo.

E pasmem, Srs. Deputados, eu não consegui perceber os seus adeptos nesta Casa ou no Congresso Nacional tendo a coragem de virem aqui defender o que ele apresentou lá na ONU, porque não têm a capacidade de sustentar as mentiras e não têm a capacidade de trazer para o povo baiano e para o povo brasileiro essa piada que se chama Bolsonaro e seus seguidores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar Patriotas/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Cadê o microfone? Por todo o tempo vai falar o nobre deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago por 10 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa, que tão bem têm representado os servidores públicos do nosso estado, dedicando-se, mesmo em tempo de pandemia, para manter esta Casa funcionando, Sr. Presidente.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna é um assunto que tem trazido muita inquietação a todos os baianos e eu diria a todos os parlamentares. Nós ouvimos nos corredores muito “disse me disse”, muita agonia e muita desinformação sobre o assunto, que é assunto acerca do ICMS dos combustíveis em nosso estado.

E aqui eu queria parabenizar o colega Paulo Câmara, que foi quem primeiro se inquietou acerca desse assunto, trazendo e demonstrando o aumento da arrecadação de ICMS dos combustíveis em nosso estado. E foi, de certa forma, mal entendido quando quiseram lhe imputar uma acusação de aumento de alíquota e, em momento nenhum, ele apontou aumento de alíquota.

Sr. Presidente, nós temos, no estado da Bahia, um ICMS, por exemplo, do combustível gasolina de 28%. E eu trouxe aqui, Sr. Presidente, queria mostrar a todos os colegas, de maneira bem didática, que há um ano, em setembro de 2020, o custo do litro de gasolina era R\$ 4,15. O estado cobra 28% de ICMS, o que perfazia um total de R\$ 1,15 arrecadado por litro de gasolina em forma de ICMS pelo governo do estado. Sr. Presidente, ocorre que – todos acompanhamos –, apenas este ano, os combustíveis sofreram sete aumentos consecutivos de preço. E aquela gasolina que custava R\$ 4,15, há 1 ano, hoje, custa R\$ 6,10, em média, Sr. Presidente, na Bahia, sendo que há alguns postos que vendem um pouco mais caro e outros mais barato. O estado, que arrecadava R\$ 1,15 por litro de combustível em forma de ICMS, arrecada hoje R\$ 1,70 em forma de ICMS por litro de combustível, Sr. Presidente. Isso aqui é por litro! R\$ 0,55 a mais do que arrecadava há 1 ano.

Então, Sr. Presidente, apresentei nesta Casa um projeto de indicação e não quero aqui subtrair um centavo de arrecadação do governo do estado. Indico ao governador que mantenha a arrecadação que havia há 1 ano: R\$ 1,15 por litro de combustível, no caso, gasolina. E como ele faria isso, Sr. Presidente? Reduzindo a alíquota do ICMS de 28% para 19%. É possível? É possível, Sr. Presidente.

O governador Eduardo Leite reduziu no seu estado – era 30% para 25% – mostrando que é possível, mantendo ainda uma arrecadação maior do que tinha 1 ano atrás. Então, é possível sensibilizar o governador Rui Costa e fazer com que ele entenda que o estado não é uma máquina de arrecadar, que ele pode manter a mesma

arrecadação nominal que tinha 1 ano atrás reduzindo a alíquota. E nós vemos alguns parlamentares dizerem que não pode, que é uma política nacional de preço. Ora! Quer dizer que o governo do estado vai se locupletar com essa política nacional, aproveitando que o preço base do combustível subiu? E aumentar a sua arrecadação, Sr. Presidente?

Só para o senhor ter uma ideia, na Bahia, se vendem em torno de 8 bilhões de litros de combustíveis por ano, vezes R\$ 1,15, o governo arrecada quase R\$ 10 bilhões. Arrecadou no ano passado! Isso vai passar para mais de R\$ 15 bilhões por ano de arrecadação, em cima não só dos que têm veículo, mas também de toda a população. Porque é bom trazer a informação, Sr. Presidente, que o custo do combustível é o maior influenciador na alta da inflação no nosso país.

Para se ter ideia, o IPCA é composto de diversos itens, e o item transportes é o índice de maior composição de interferência na inflação, na construção da inflação no nosso país. Algumas pessoas dizem: “Ah, mas só quem tem carro, só quem tem condição é que sofre, é quem está pagando esses impostos”. Não, Sr. Presidente. Todos os alimentos, todos os serviços, todos os prestadores de serviços sofrem impacto direto pelo preço do combustível, no preço dos seus serviços.

Nós vemos o arroz, que aumentou mais de 200%. Diversos alimentos que, hoje, chegam à mesa do brasileiro com uma inflação estúpida, e muito dela causada pelo custo do transporte, que é diretamente impactado pelo preço dos combustíveis.

Então, o que eu peço a esta Casa é sensibilidade a essa indicação. É pedir, talvez, que o líder do Governo consiga uma audiência com o governador, para que eu possa sensibilizá-lo e mostrar que ele não vai reduzir, como eu disse, um só centavo da sua arrecadação, ele vai manter a arrecadação nominal que teve 1 ano atrás, mas vai ajudar milhares de baianos a conseguirem se locomover de uma maneira mais barata, a consumir produtos de uma maneira mais barata e a consumir serviços de uma forma mais barata, Sr. Presidente.

É isso que eu trago e peço a sensibilidade dos pares para que entendam. Eu posso dar uma cópia a quem quiser, explicadinho, já que só ele mantendo isso, Sr. Presidente, ele reduz diretamente R\$ 0,55 no custo da gasolina de maneira imediata, fazendo com que a população, deputado Rosemberg, tenha acesso a um bem tão precioso e que impacta diretamente na vida de todos os baianos, que esse bem chegue mais barato.

Então contamos com a compreensão de V. Ex.^a para que possa conseguir esses 15 minutos com o governador, porque eu tenho certeza de que, após eu expor todas essas condições que eu trouxe aqui hoje, ele vai se sensibilizar e vai fazer esse movimento em prol de todos os baianos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. TIAGO CORREIA: Um aparte, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Querido Tiago, eu tenho um carinho imenso por você, mas eu não posso fazer algo em que eu não acredito. Eu entendo a sua angústia, que é a minha, com relação ao preço dos combustíveis, mas isso é uma política do presidente Jair Bolsonaro.

O governador do Rio Grande do Sul cobrava 30% já há 10 anos, então ele pode em 1 ano reduzir isso, porque ele já ganhou lá atrás. O que eu estou dizendo é que o que está ocorrendo é que a política de preços da Petrobras é feita para aumentar o seu lucro e para distribuir dividendos para os seus acionistas. Na hora em que eu reduzo a arrecadação do estado da Bahia, um estado pobre, eu estou tirando o dinheiro de pobre para dar ao rico. Se o governador Rui Costa aceitar um negócio desse, sou eu que vou virar adversário dele, porque é inadmissível em um estado pobre como é o nosso, eu tirar dinheiro da população. Essa arrecadação vai ser investida em combate à pobreza, investida em distribuição de renda. E o que Bolsonaro está fazendo, aumentando a base, ela está aumentando a lucratividade da Petrobras. A Petrobras hoje, a composição – eu estou dizendo porque tenho 33 anos de Petrobras – 68%... desculpe, 62% da composição acionária da Petrobras é de privado. O Estado só tem 38%. Então, eu estou tirando dinheiro de pobre a fim de distribuir para rico. Então, essa política errada...

Eu entendo a sua indignação, que também é minha, sobre o preço, mas o remédio que V. Ex.^a está apresentando não é um remédio eficaz para um estado pobre como é o estado da Bahia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Deputado Rosemberg, líder da Maioria, por quem tenho o maior respeito, eu compreendo as suas colocações, mas não concordo, Rosemberg, porque, na medida em que o governo mantém essa alíquota e sai de uma arrecadação de 1,15 para 1,70, ele se associa a essa política de preços que V. Ex.^a traz do governo federal, que busca aumentar os lucros e, desta forma, aumenta a arrecadação, aumenta o arrocho no contribuinte em mais R\$ 0,55 em relação ao que era praticado 1 ano atrás.

Então, o que eu venho trazer, e até contradizendo o que V. Ex.^a colocou, eu não quero reduzir a arrecadação do governo. O governo mantém a arrecadação que tinha 1 ano atrás...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) reduzindo a alíquota do ICMS de 28% para 19% ou, se ele quiser, 20%, 22%. Eu estou apenas sugerindo que ele alivie...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) a população desse imposto tão caro que, como eu disse, tem interferência direta no preço dos alimentos, no preço dos serviços, no preço das vestimentas, do preço dos produtos e nos preços dos transportes.

É isso que eu trago, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar Avante/PSC/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 5 minutos, falará o deputado Angelo Almeida; e, por 5 minutos, a deputada Ivana Bastos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar, o deputado Angelo.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Ivana Bastos, a única mulher presente, aqui, neste Plenário, mas também me refiro a todas as colegas, deputado Carlos Geilson, todos que assistem a nós pela *TV ALBA*. Animados com este debate, estamos presenciando na tarde de hoje, que é um debate que começa, que tem como pano de fundo o destino da política nacional e aqui também é o local, é o lugar, é a casa para se discutir a política nacional.

Primeiro, todos aqueles que defendem e defenderam, em 2018, o sistema neoliberal, o sistema privatista para este país, vêm aqui agora fazer uma discussão que tem tudo a ver justamente com essa questão.

Deputado, eu tive a oportunidade de ir a Guanambi, acompanhando o governador Rui Costa, e pude, inclusive, dialogar com um dos diretores da companhia de aviação Azul que estava lá presente no momento da inauguração do aeroporto e pude abordá-lo e perguntei-lhe: “Existe algum projeto para que a Azul possa voltar a utilizar o aeroporto de Feira de Santana?” A resposta foi seca: “Não.” E por diversos motivos. Um deles, inclusive, é porque a privatização do Aeroporto Dois de Julho, em Salvador, foi parar nas mãos de uma empresa francesa, a Vinci Airport.

Esta empresa... E a GOL, eu tomo conhecimento, deputado Robinson Almeida, de um estudo feito pela GOL, que em avançando... E olhe que o aeroporto de Feira de Santana tem um dado estatístico segundo o qual, no ano de 2039, ele pode chegar a transportar em média 63.128 toneladas de carga por ano. E pode, inclusive, chegar a fazer dezoito voos semanais transportando carga. Ocorre que neste aeroporto de Feira, havendo um crescimento do seu fluxo, ele vai tomar 20% de todo o fluxo de serviço do uso das aeronaves no aeroporto de Salvador. Eu me pergunto: será que essa empresa que hoje administra o aeroporto de Salvador, como capitalista, como empresa, inclusive, de capital internacional, vai permitir que essas companhias possam fazer esse movimento e vai haver interesse delas em ir para Feira de Santana? A resposta é: claro que não!

O governo do estado não é dono de companhia de aviação. O governador Rui Costa não tem ascendência sobre companhia de aviação. Ele não pode fabricar o resultado para pegar uma companhia de aviação e obrigá-la a ir transportar passageiro no aeroporto de Feira.

Então, eu considero um debate estéril e não vou entrar nesse debate. Nós temos de lutar, em Feira de Santana, primeiro, é para que não ocorra o que V. Ex.^a aqui quis profetizar. É ter a certeza de que este governo, o governo brasileiro vai voltar a estar em boas mãos, porque V. Ex.^{as} são cúmplices do que está aqui hoje.

E é nós torcermos e trabalharmos muito, meus companheiros e companheiras de bancada, para o governador Wagner, o senador Wagner voltar a ser governador desse estado, porque não vai ser o pré-candidato do DEM chegar a Feira de Santana e dizer: “Ah, Feira tem capacidade de ser um *hub*.” De ser um *hub*? Com que lógica? Falar por

falar não vai nos levar a lugar algum, mas tenho certeza de que nós vamos, sim, deputado Robinson, unir forças com o próximo presidente da República e o próximo governador da Bahia para que o transporte ferroviário Salvador-Feira e vice-versa possa chegar para o povo da Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) entroncando com o metrô de Salvador e já já estará na nova rodoviária de Águas Claras.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelos 5 minutos restantes.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas aqui presentes, imprensa. O deputado Sandro Régis me disse há pouco que amanhã vai estar em São Paulo levando o seu abraço ao nosso colega deputado Tom Araújo. Transmita a Tom as nossas orações, o nosso carinho e a certeza de que vai dar tudo certo. Nós estamos aqui na torcida.

Sr. Presidente, gostaria de registrar a visita que o governador Rui Costa fez ontem ao município de Guanambi, onde o governo anunciou R\$ 34 milhões em investimentos naquela cidade. Iniciar dizendo do nosso agradecimento, da nossa alegria em recebê-lo.

Lá o governador anunciou a ampliação do Hospital Regional de Guanambi. É a saúde, é o governo preocupado com a saúde da Bahia e de toda aquela nossa região. Lá, também, o governo assinou a ordem de serviço da construção para implantação do Centro de Parto Natural. O governo também autorizou a implantação do sistema de abastecimento de água das comunidades de Velha Rita, Sacoto, Jurema dos Bezerras, Olho d'Água, Tanque do Caldeirão, na região do Distrito de Morrinhos, pedido do nosso amigo, do nosso querido vereador Homero Castro, no valor de um R\$ 1,9 milhão o qual vai atender mais de cem famílias.

Tudo isso são investimentos que chegaram também a Guanambi. O governo autorizou o sistema de abastecimento de água da comunidade de Ventura que já deve iniciar nos próximos oito dias. Uma obra de cerca de R\$ 340 mil, mais investimento na área da agricultura familiar para toda aquela região, onde também o governo entregou o asfalto, a estrada de Mutans. Em Guanambi, hoje, nós temos três distritos: Mutans, Morrinhos e Ceraíma, os três distritos asfaltados, com acostamento, com obras do tamanho G chegando a Guanambi. É agradecer, agradecer pelo trabalho.

Ontem, nós fizemos uma reunião com cerca de 25 prefeitos para poder falar dos investimentos. O Consórcio Alto Sertão se reuniu na cidade de Guanambi.

Para fechar com chave de ouro o dia de ontem, nós recebemos em Guanambi o primeiro voo comercial da Azul, investimento que o governo do estado fez de cerca de R\$ 11 milhões. Graças à isenção fiscal para o combustível, nós temos voos regulares, hoje, em Guanambi.

É preciso agradecer, é preciso aplaudir. A nossa região está nas nuvens.

Agora, meus amigos, o avião da Azul chegou, Rosemberg, cor-de-rosa, uma homenagem às mulheres de Guanambi, que ontem também recebeu o anúncio da construção da maternidade.

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.^a me concede um aparte?

A Sr.^a IVANA BASTOS: Então, muito obrigada, governador Rui Costa.

Em meu nome – 1 minuto deputado Sandro Régis – e em nome de todos aqueles prefeitos da região, eu tenho que dizer: valeu a pena ter acreditado, valeu a pena, Rui.

Pode dizer, Sandro, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Minha querida amiga Ivana, levarei sua mensagem, como a de todos os parlamentares.

Mas tenho, aqui, uma dúvida, porque ontem, em uma rede social, eu contei 18 deputados que levaram o voo da Azul para Guanambi. E se a gente for botar um voo por deputado teremos dois voos diários para Guanambi. Então, eu queria saber de V. Ex.^a, já que o voo chegou rosa, então foi V. Ex.^a, com seu prestígio, que levou a Azul para Guanambi?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a IVANA BASTOS: Meu querido, eu tive participação nessa conquista, como todos nós lá; como o ex-prefeito Charles Fernandes, hoje deputado federal, que lutou muito desde a época em que era prefeito, na época do governador Jaques Wagner; o ex-prefeito Jairo Magalhães, que trabalhou, lutou muito. Foram R\$ 11 milhões de investimento para Guanambi.

Agora, o voo demorou 2 anos por causa da pandemia.

O voo chegou em cor-de-rosa em homenagem a todas nós, mulheres daquela região.

Um abraço, deputado.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 5 minutos, falará o deputado Robinson; e, por 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson por 5 minutos; e, por 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham nesta sessão, eu queria começar aqui registrando a importância da visita do governador Rui Costa, na última quarta-feira, ao município de Feira de Santana, onde o governador fez anúncios importantes e entregas significativas. Feira de Santana ganhou um novo Hemoba, um prédio de grande estrutura,

investimento de R\$ 3,3 milhões, que é um equipamento que simboliza a solidariedade humana para salvar vidas.

O governador anunciou, prestem atenção, nada mais, nada menos que R\$ 60 milhões para a ampliação de escolas. Dezesseis escolas, deputado Diego Coronel, 16 escolas serão ampliadas e duas delas, o Colégio Luís Eduardo Magalhães e o Gastão, receberão um complexo esportivo de R\$ 9 milhões.

E uma escola nova será construída no antigo terreno da Fazenda do Menor.

Só em educação, R\$ 60 milhões.

Mais a reforma do Complexo Policial Investigador Bandeira, R\$ 8 milhões e 500 mil.

Vão fazendo a conta aí, especialmente os deputados que têm atuação em Feira de Santana.

Mais R\$ 26 milhões anunciados pelo governador para a quarta e última etapa de requalificação da Lagoa Grande, deputado Carlos Geilson.

Além disso, mais R\$ 20 milhões para a ampliação do Clériston Andrade.

Ao total, só na quarta-feira, R\$ 110 milhões do governador Rui Costa para Feira de Santana.

Nunca, nunca na história da Bahia tivemos governadores que fizeram tanto por Feira de Santana como eles, Wagner e Rui, fizeram. Essa é a realidade, esses são os números concretos: a Lagoa Grande, o Clériston Andrade II, a Nóide Cerqueira, 70% de cobertura de esgotamento sanitário e 95% de oferta de água tratada.

Feira de Santana recebeu um grande presente nos seus 188 anos.

Eu quero também aproveitar, aqui, para parabenizar um ilustre cidadão que atua há muitos anos na radiodifusão, é um ícone nas comunicações baiana e brasileira e tem um programa na *Rádio Sociedade* de Feira de Santana aos domingos: “Pra quem Você Tira o Chapéu?”. Estou falando, nada mais, nada menos, do ícone Silvério Silva, que completa 80 anos de idade e 61 anos de radialismo.

E hoje é o Dia do Radialista e eu quero homenagear toda a categoria parabenizando Silvério Silva pela sua longevidade à frente dos microfones, pela sua entrega pessoal a uma profissão e o seu reconhecimento, que tem que ser público. Parabéns, Silvério, pelos seus 80 anos de idade e, também, pelos seus 61 anos de exercício da profissão de radialista!

Quero aproveitar, também, para parabenizar o município de Santo Estêvão, que completa o seu centenário no dia de hoje, 100 anos. Poucas cidades, poucas instituições são centenárias no Brasil. E Santo Estêvão completa 100 anos sendo uma cidade que não para de crescer, que não para de se desenvolver e que tem um povo muito trabalhador e muito acolhedor. Quero parabenizar a todos que habitam, que moram e que...

O Sr. Carlos Geilson: Um aparte, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) nasceram em Santo Estêvão nas pessoas do prefeito Rogério Costa e do vereador Edmundo Pracista. Que essa cidade continue com sua grande atuação.

Queria também, aqui, Sr. Presidente, registrar e levar uma sugestão ao amigo, colega deputado Tiago Correia. Se quer resolver o problema do preço dos combustíveis, Tiago, não é enviando indicação para o governador Rui Costa reduzir, mexer no ICMS, não. É fazer uma indicação para o presidente Bolsonaro, apoiado por sua bancada, para mexer na política de preços da Petrobras. Só existe essa saída. Não existe outra.

Então, não adianta ficar, aqui, jogando para a galera, querendo atribuir aos governadores a responsabilidade, porque todo mundo sabe que esse discurso está sendo desmascarado. Governadores, em carta, 21 assinaram, de todos os partidos, dizem que a responsabilidade pelo aumento do preço do combustível é exclusivamente do governo federal, que impõe essa política de preços que a Petrobras pratica, colocando o preço dos combustíveis na estratosfera.

Esta é que é a realidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, *TV ALBA*, turma do apoio, do cafezinho, que está ali dentro, da segurança, o nosso boa-tarde.

Eu queria, aqui, Sr. Presidente, falar de João Carlos Salles Pires da Silva, reitor da Universidade Federal da Bahia. É filho de Cachoeira, na Bahia, e professor titular de Filosofia na Universidade Federal da Bahia. Foi reitor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia; presidiu a Sociedade Interamericana de Filosofia.

Em 2014, foi eleito reitor da Universidade Federal da Bahia, e reeleito em 2018, inclusive como candidato único, o que demonstrou a sua capacidade de convergência e diálogo parlamentar, que abriu as portas para o atual governo...

Não, desculpem-me.

(...) convergência e diálogo em um período difícil para a sociedade brasileira, quando sofremos um golpe parlamentar que abriu as portas para o atual governo fascista neste país.

Desde então o magnífico reitor tem dado demonstrações de coragem e força política ao mobilizar a universidade na defesa da educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade, em defesa da democracia.

Recentemente, em maio deste ano, liderou uma mobilização nacional chamada: Educação, sim! Barbárie, não!, quando denunciou os severos cortes no orçamento das

universidades federais e estimulou a comunidade acadêmica e a sociedade em geral na defesa da universidade, patrimônio do povo brasileiro.

Com a pandemia, que levou à suspensão das atividades presenciais na universidade, João Carlos liderou a realização do congresso virtual da Ufba em 2020 e 2021, e da próxima edição, que acontecerá em dezembro deste ano, em comemoração aos 75 anos da instituição.

Os congressos são espaços formidáveis de diálogo e de encontro da comunidade acadêmica e têm sido espaços de resistência, de mobilização da produção científica baiana e de afirmação da universidade como espaço de ensino, pesquisa e extensão.

Recentemente, o reitor João Carlos foi presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino - Andifes. Ele também integra a Academia de Letras da Bahia e é autor de vários livros de filosofia. Um grande líder.

E fica aqui todo o nosso respeito, carinho e admiração pelo reitor da Universidade Federal da Bahia.

Queria, Sr. Presidente, relatar que estive em Ipupiara na última sexta-feira, 17, quando se lembrou os 50 anos do assassinato do capitão Carlos Lamarca. A Diocese de Barra realiza a celebração dos mártires há 21 anos. E eu estive lá, levando a presença desta Casa, enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos, levando a nossa solidariedade ao povo da Bahia, aos lutadores do nosso estado.

Em seguida, eu tive uma reunião com lideranças políticas do município de Ipupiara.

E, aí, eu queria saudar aqui Marcos Vinícius, conhecido como Babaco, Armirandy, o popular “Mi da Farmácia”; queria saudar Graça Sodré, presidente do meu partido, e Erasmo, vice-presidente do PT municipal; queria saudar os vereadores Irineu Oliveira, Isael Martins, Maurício Machado.

Queria dizer da nossa alegria.

E nós, nessa reunião, discutimos o futuro do município de Ipupiara e pautamos já algumas demandas. Pautamos uma demanda ao governador do estado para que ele possa construir uma escola nova do estado naquele município, pois aquele povo precisa e tem a necessidade.

Também pedimos a recuperação da BA-156, trecho que liga a BR-242 ao município de Ipupiara. Está com algo em torno de 30 quilômetros precisando de tapaburacos. E nós estamos, aqui, também solicitando ao governador do estado que esse serviço seja feito.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, para finalizar, queria, aqui, chamar a atenção da sociedade brasileira, porque nós vivemos um caso especial aqui, neste país, onde a mentira inventada e sustentada tenta virar a verdade.

Imagine bem, você que está me escutando, quem vai ao restaurante almoçar ou jantar tem a taxa do cachê do garçom, que é, geralmente, de 10%. Agora, se a comida

aumenta de preço você vai diminuir a taxa do garçom? Isso não é possível! A taxa do garçom é a causa do preço do aumento da comida? Me faça uma garapa!

O preço do petróleo, Sr. Presidente, está alto pela irresponsabilidade do governo federal, deputado Rosemberg. O Brasil é o 3º produtor mundial de petróleo em reservas, mas nós pagamos um preço pelo petróleo como se aqui não houvesse petróleo. Essa política que destrói a indústria nacional e prejudica a sociedade brasileira foi apoiada por muitos daqueles que sobem aqui pedindo a redução do ICMS.

Nós já estamos com a gasolina a R\$ 7, e se prepare que vai chegar a R\$ 10. E aí eu quero ver a madeira empenar. Eu quero ver o que vão dizer. Que a Petrobras está no caminho certo?! Ela pode estar para enricar os seus acionistas, mas quem está pagando a conta é o povo brasileiro...

O Sr. Carlos Geilson: Olhe o tempo, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) com a fome, com a miséria e cozinhando, sem o gás, na lenha e passando necessidade.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

Não há orador?

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, tem que fazer uma revisão nesses microfones aqui. Vários não estão funcionando.

Quero dizer o seguinte: inicialmente, o deputado Prisco falará por 5 minutos; e, nos 5 minutos restantes, o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar, com a palavra o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, vi aqui o nobre colega, líder do governo, Rosemberg falar sobre a fala do secretário, que o mesmo é a favor da descriminalização da maconha. A fala do secretário, líder Rosemberg – está em toda a imprensa – ele fala claramente que é a favor da liberação do uso das drogas. Está em toda a imprensa aqui. Pode ver as matérias que estão aqui. Perguntado, indagado pelo repórter, ele fala em drogas leves. Ele, como secretário, não poderia nem falar isso. Ele não estava ali dando a sua própria opinião. Ele é um secretário da Segurança Pública que representa o estado.

Quando tocaram fogo em um ônibus aqui em Salvador, foi perguntado a ele no interior qual era a posição do secretário. Ele disse, simplesmente, de forma irônica, ainda rindo: “Os policiais devem estar se virando aí.” É só uma merda atrás da outra. Agora, três policiais foram assassinados no final de semana. A postura dele era solicitar

investigação, cobrar, e não, simplesmente, dar mais uma pérola. Policiais estão morrendo por causa do aumento de efetivos.

Então, secretário, você tem uma biografia a preservar como juiz federal. Continue lá, porque, como o secretário da Segurança Pública, realmente, o senhor deixa a desejar – e muito – em todas as suas falas e em todas as suas colocações.

O povo na Bahia está morrendo, a violência está aumentando, policiais militares estão sendo assassinados e você vê um secretário da Segurança Pública falar isso. Peço aqui, inclusive, ao deputado que representa também a Região Norte, Roberto Carlos, que peça investigação do soldado João Nilson, que foi assassinado em Petrolina, que o comando do policiamento da Região Norte, que o comando-geral da PM, que o delegado regional peça a investigação à Secretaria da Segurança Pública por conta do trágico assassinato de um excepcional policial, o soldado de Juazeiro.

Toda a população de Juazeiro e todos os policiais clamam por investigação naquele caso. A viúva chora e, até o presente momento, eu não vi um braço do estado na Bahia para cobrar o que aconteceu com o servidor público do estado, isso que é um absurdo, porque esse secretário deveria cobrar. O secretário da Segurança Pública de Pernambuco com uma investigação para saber o porquê aconteceu aquela tragédia, aquele assassinato do soldado da polícia militar que estava agindo como herói, que foi combater um assalto, mesmo na folga e, simplesmente, foi assassinado numa operação desastrosa da polícia civil do estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, outra coisa que eu venho falar mais uma vez: o que o governo do estado da Bahia está tentando vender para a população, que o aumento da violência é pela política armamentista, é uma mentira, é uma farsa, é um *fake news*. Já volto a falar disso aqui. A violência em todo o Brasil está diminuindo. Na Bahia, aumenta por incompetência deste governo.

Falar e criticar os Cacs, atiradores profissionais, atiradores profissionais que, para conseguir a licença do armamento, tem que ter a liberação de todos os órgãos. Uma dificuldade enorme. São profissionais, trabalhadores. Os Cacs têm que ser valorizados, e não simplesmente confundidos, como o secretário da Segurança Pública falou, como o comandante-geral da Polícia Militar da Bahia falou, sem ter conhecimento algum. Papagaio de pirata do governo. Não é assim que se deve tratar a segurança pública. Segurança pública tem que tratar com seriedade, tem que cuidar do homem que faz a ponta, tem que valorizar.

São oito anos sem reajuste, sem periculosidade e só perdas e danos desse governo. Não aumenta o efetivo. Quando entrei na corporação, em 1997, havia 28.000 homens. Em 1997. No dia de hoje, há 28.000 policiais. A população da Bahia triplicou, a violência aumentou e o efetivo da corporação, nada.

Então, era isso que o secretário deveria estar cobrando, era isso que o comandante-geral deveria estar cobrando, deveria estar cobrando valorização para os seus, e não para defender governo, porque não é isso que você está fazendo ali.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo restante.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, lamentavelmente várias queimadas têm ocorrido no interior da Bahia. Nesse final de semana, também no dia de ontem, várias queimadas ocorreram em diversas regiões.

Eu queria falar especificamente da região de Irecê, onde o município de Uibaí foi acometido por queimada e teve a ajuda dos brigadistas, dos voluntários. Recentemente, também, os municípios de Jussara, América Dourada e Mulungu do Morro.

Eu queria ressaltar a importância da região de Irecê, que, hoje, merece, sim, ter um grupamento do corpo de bombeiros. Eu fui o deputado que fez a primeira indicação para a criação do corpo de bombeiros na região de Irecê, especificamente no município polo de Irecê. Essa indicação foi feita em agosto de 2019.

Neste ano, eu tive a alegria de o governo do estado anunciar, no dia 1º de abril, que o corpo de bombeiros seria instalado em Irecê. Infelizmente, até hoje, quase outubro, final de setembro, esse corpo de bombeiros não foi instalado. E, com esses incêndios, ficou comprovada ainda mais a necessidade de se ter o corpo de bombeiros na região de Irecê.

Eu queria pedir ao governo do estado celeridade para a implantação do corpo de bombeiros na região de Irecê, no município de Irecê. Mais do que nunca essa região necessita ter um corpo de bombeiros para ter ação efetiva no momento em que ocorrerem os incêndios, que estão, realmente, preocupando muito a toda aquela região.

Então, fica aqui a minha cobrança ao governo do estado para que tenha celeridade, para que implante no município de Irecê o corpo de bombeiros tão importante, o corpo de bombeiros de homens e mulheres tão valorosos que colocam a sua vida em risco para cuidar da vida da população.

Então, fica aqui esse pedido ao governo do estado para que tenha celeridade na implantação do corpo de bombeiros.

E falando em queimadas, falando também em seca, em escassez de água, eu não poderia deixar de falar do município de Buritirama. Esse importante município do interior da Bahia tem sofrido com as queimadas e tem sofrido também com a escassez de água. E eu queria cobrar à Cerb, pois há cinco poços que já foram perfurados, mas não foram instalados – poços que têm a vazão de água entre 2 mil e 5 mil metros cúbicos de água –, para que possa matar a sede, para que possa levar água para os amigos e amigas dessa terra tão querida que é a nossa Buritirama, nas localidades de Bom Sossego, Quirino, Lagoa dos Negros, Morrinhos, Mimoso e Baixãozinho.

Espero que a Cerb tenha a sensibilidade...

O Sr. Carlos Geilson: Um aparte, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES: (...) para instalar esses poços, independentemente de questão partidária, porque o prefeito é um prefeito da oposição, mas é um prefeito

que, lá em Buritirama, governa para todos, o prefeito Arival Viana, que pegou uma prefeitura com sérias dificuldades e tem colocado a casa em ordem, e precisa, sim, da ajuda do governo do estado para combater a escassez de água.

Com muita alegria, eu queria passar aqui a palavra a ele que me pede um aparte, meu grande amigo deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson: Obrigado, deputado Pedro Tavares.

Eu uso um tempo da sua fala para esclarecer o seguinte: há pouco eu vi o deputado Robinson Almeida falar do Dia do Radialista, mas é bom que se esclareça que o radialista tem duas datas, uma simbólica, que é hoje, dia 21 de setembro, e a outra oficial, no dia 7 de novembro, que é justamente a data de nascimento do músico e radialista Ary Barroso.

A lei foi mudada através de um decreto do presidente Lula em 2006. Portanto...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a data oficial do radialista não é 21 de setembro, mas sim 7 de novembro, motivo pelo qual não fiz qualquer pronunciamento hoje sobre o Dia do Radialista, eu que sou radialista com muito orgulho. Só para esclarecer, porque alguém que não é do meio falou do Dia do Radialista e quem é radialista não falou. Eu não falei porque 21 de setembro não é mais a data do radialista e, sim, 7 de novembro.

O Sr. PEDRO TAVARES: Incorporo o seu aparte e agradeço ao presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) deputado Diego Coronel.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): Com a palavra o nobre líder do Governo ou da Maioria, ou o líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 4 minutos, falará o deputado Zó; e por 8 minutos, o deputado Paulo Rangel, que está acompanhando brilhantemente esta sessão de forma remota.

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): Com a palavra o deputado Zó por 4 minutos.

O Sr. Zó: Agradeço ao líder. Vou ficar com um terço, apesar de não ser padre, mas vou ficar com um terço do tempo.

Presidente, eu queria falar sobre dois assuntos e vou tentar pontuar em 2 minutos cada um. O primeiro é que no presídio, em Juazeiro, depois de uma luta incessante nossa, enquanto deputado, junto ao governador Rui Costa, conseguimos, no ano passado, executar uma obra de mais de R\$ 3 milhões, para a qual a Cerb e a Secretaria de Administração Penitenciária alocaram o material e o Saae fez a obra.

Pois bem, o Saae fez a obra, a obra está pronta e o que acontece? O que acontece é que a Coelba não está fazendo a ligação da energia, presidente. São 1.100 detentos à mercê de água de carro-pipa que o Saae está colocando. Segundo a informação, há uma

dívida do Saae com a Coelba. Se a Coelba já acionou a Justiça pela questão da dívida, a obrigação da Coelba é ligar.

Eu, inclusive, vou acionar judicialmente a Coelba porque a população de Juazeiro não pode pagar por isso. Porque, além de atender o conjunto penal, vai atender a expansão urbana e a faculdade de medicina. O governador Rui Costa, com o seu compromisso com a Bahia, fez essa ação em convênio com o município de Juazeiro, na gestão anterior. E é preciso que a prefeita vá para cima enquanto gestora com a sua equipe para que a Coelba, mais uma vez, seja compelida a cumprir sua obrigação, porque a Coelba só está indo no empurrão. A Coelba está parecendo carro velho: é só no tranco. Se não acionar a Justiça, se não der uma broca, a Coelba não liga e a população não pode pagar esse preço.

Outra coisa é que hoje, na pandemia, meu líder Rosenberg – agora vou falar de outro assunto –, estive ontem no município de Uauá, na conferência do nosso partido pela manhã e, observe, lá está sendo implementada a Taxa de Iluminação Pública. Mas olhe o tamanho da taxa! Vão dizer: “Ah, todos os municípios do entorno têm, diversos municípios da Bahia têm.” Mas lá tem taxa que pode chegar a R\$ 1 mil, dependendo do consumo. Isso não é Taxa de Iluminação Pública, isso é extorsão em plena pandemia. E praticamente ninguém, pouquíssima gente vai ficar isenta dessa taxa, que vai de R\$ 25 e chega a um volume absurdo. Quem tem comércio numa cidade pequena como Uauá vai pagar taxa de R\$ 300, R\$ 400, R\$ 500, até R\$ 1 mil.

A discussão é esta: é isso que a gente quer em plena pandemia? Não é isso que a população espera de uma gestão que entrou agora prometendo que ia cuidar das pessoas. Cuidar das pessoas e fazer isso? Por isso quero parabenizar o vereador Gugu, o vereador Atílio e toda a população de Uauá que fizeram uma audiência pública hoje pela manhã para ser contra essa Taxa de Iluminação Pública. Tentaram aprovar em abril, tiraram de pauta. Agora voltam à pauta novamente. Voltam...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) à pauta novamente para prejudicar a população daquela cidade querida.

Lá eu alocuei diversos recursos, lá eu alocuei diversas ações e vou continuar alocando, mas vou protestar contra essa medida absurda em nome da população que, ontem, quando me encontrou nas ruas de Uauá, pediu para que eu fizesse esta fala aqui.

Estou me manifestando, primeiro, referente à questão do presídio, que a Coelba precisa ligar a energia, para que esse investimento de mais de R\$ 3 milhões...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não fique obsoleto, porque vai atender aos detentos, 1.100 detentos – só para concluir, presidente –, à expansão urbana e à faculdade de medicina. E que o prefeito e o presidente da Câmara de Uauá retirem da pauta esse projeto de Uauá da TIP (Taxa de Iluminação Pública) se não, que os vereadores votem contra, porque a população não votou nos vereadores para que eles fizessem esse tipo de extorsão que o prefeito está mandando para a Câmara. Isso é uma extorsão que o prefeito está fazendo com a população de Uauá.]

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Diego Coronel): Pelo tempo de 8 minutos, com a palavra o deputado Paulo Rangel, remotamente.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna, eu diria, de forma até inédita. Primeiro que eu venho para me contrapor a um companheiro de partido. E lembro, Sr. Presidente, que, numa determinada época, eu e o deputado seu pai reagimos a alguns ataques de uma deputada, a deputada Laudano, sobre questões relacionadas a municípios.

Eu entendi também que nós não deveríamos levar demais, exaurir demais questões relacionadas aos municípios. Mas o nosso deputado Jacó, do Partido dos Trabalhadores, que, a meu ver, já tinha exagerado em algumas denúncias, inclusive, com outros municípios, por exemplo, com Mucugê, fez uma denúncia em relação a Paulo Afonso que eu me coloco muito tranquilo para dizer o que realmente houve.

O deputado Jacó disse, realmente, a verdade. Só que o deputado Jacó falou até que tinha uma CPI implantada em Paulo Afonso. E implantar CPI em Paulo Afonso é normal, como é normal implantar nos Estados Unidos. Isso é uma atribuição, inclusive, do Parlamento. Só que o prefeito de Paulo Afonso não pressiona parlamentar.

É verdade que houve toda uma licitação equivocada com relação à compra de equipamentos e empresas, fantasmas ou não. Mas a verdade maior é que o deputado chegou até a falar de empresa que tinha sede em um hotel de cachorro. Só que essa empresa não ganhou o certame. E a empresa que ganhou o certame nunca recebeu nem R\$ 0,01 porque, realmente, o processo foi viciado e quem fez a denúncia foi o próprio prefeito. O próprio prefeito fez a sindicância interna, uma funcionária já está afastada há 2 meses e todas as denúncias foram entregues ao Ministério Público. A CPI é um reforço, inclusive, ao que o presidente pediu.

E nós conhecemos, deputado Diego Coronel, o prefeito Luiz de Deus, um dos homens mais íntegros... Eu quero até colocar que fui adversário do seu grupo em Paulo Afonso, fui adversário político, adversário ideológico, mas eu não conheço cidade urbanisticamente mais bem tratada do que Paulo Afonso. Esse grupo nunca teve uma conta reprovada pelo Tribunal de Contas da União.

Agora, o deputado pega uma denúncia de uma vereadora de direita, e eu não tenho nada contra a direita, até porque fiz grandes amigos ali, porque são pessoas que respeitam Luiz de Deus, que não é um homem de esquerda. Eu acho que a gente não pode banalizar... (Interferência na conexão.) (...) Essa é a minha visão. Eu acho que a gente deve tratar as pessoas com muito respeito.

E eu queria mesmo até convidar o deputado Jacó para visitar o prefeito Luiz de Deus, passear em Paulo Afonso, ver o que é aquela cidade, porque, se todas as cidades da Bahia fossem aquilo... Eu não posso colocar Luiz de Deus como o homem mais honesto do mundo, mas, se houver prefeito honesto na Bahia igual ao prefeito Luiz de Deus, eu acho que nós somos um estado privilegiado.

Portanto, eu não só discordo das afirmações do deputado Jacó, como também discordo da forma. Mesmo ele sendo um companheiro combativo, um companheiro justo, mas acho que ele vai de forma muito violenta e não busca, realmente, apurar os fatos.

Então, eram essas as colocações que eu queria fazer e quero fazer **justiça justiça** ao prefeito Luiz de Deus e dizer que isso está no *Diário Oficial*. Se a CPI chegar a alguma conclusão, vai ser a mesma conclusão a que o prefeito chegou: vai enviar para o Ministério Público. Mas, como lá é diferente, lá não se dá bola a vereador... Então, era isso que eu queria colocar e queria que todas as cidades da Bahia fossem administradas como Paulo Afonso, tendo um prefeito como o prefeito Luiz de Deus.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Por acordo de lideranças, houve inversão de pauta, então vamos colocar primeiro o (Lê) “*Projeto de Resolução nº 2.957/2021*

Estabelece a suspensão temporária por 30 (trinta) dias do exercício do mandato o deputado Capitão Alden.

Assembleia Legislativa

Resolve:

Art. 1º - Fica suspenso por 30 dias do exercício do mandato o deputado Capitão Alden, com fulcro no art. 9º, IV e art. 14 do Código de ética e decore parlamentar desta Assembleia.

Art. 2º - Esta resolução em vigor na data da publicação.

Sala das sessões, 21 julho de 2021

Justificativa

A proposição que ora apresentamos tem por objetivo estabelecer a suspensão de 30 (trinta) dias do exercício do mandato do deputado Capitão Alden, com fulcro no art. 9º, IV e art. 14 do Código de ética e decore parlamentar desta Assembleia, considerando que os membros deste conselho, após instauração dos procedimentos legais e apuração de fatos constantes da representação 0001/21 imputados ao deputado Capitão Alden, acolheram a orientação do relator do processo, o deputado Luciano Simões.

Sala das sessões, 21 julho de 2021”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que a votação é secreta.

Vou mandar abrir o prazo de votação e solicito aos Srs. Deputados que... O.k. Vocês vão encaminhar, deputados?

Não, não precisa mais. Deputado Luciano, não.

Não precisa. É só para encaminhar.

Para encaminhar, o deputado Sandro, pela Bancada da Oposição, e o deputado Rosemberg, pela Bancada da Situação.

Srs. Deputados, vamos votar o projeto. V. Ex.^{as} que estiverem nos gabinetes e em outras dependências, favor comparecerem ao Plenário. E os deputados que se encontram de forma remota, devem votar pelo sistema SevWeb. A votação será secreta.

Para encaminhar, inicialmente, o deputado líder da Oposição, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, seguindo o parecer do relator deputado Luciano Simões Filho, nós encaminhamos favoravelmente à punição do deputado Capitão Alden.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

Para encaminhar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, os deputados da Base do Governo que fizeram, obviamente, parte da Comissão de Ética, junto com os deputados que compõem a Base da Minoria, entenderam que se chegou a um denominador comum de uma punição ao deputado Capitão Alden, de suspensão por 30 dias.

No decorrer da semana, alguns deputados e deputadas me procuraram, no sentido de até apresentar uma posição paralela em função das outras manifestações do deputado Capitão Alden. Inclusive, em uma delas eu me manifestei aqui no Plenário. Porém, a Comissão de Ética se reportou àquele tema específico, e para aquele tema específico, no nosso entendimento, deve-se seguir a orientação do parecer do deputado Luciano Simões, com o debate na Comissão de Ética. Entendendo, no entanto, a generosidade por conta das diversas manifestações que excedem o Código de Ética Parlamentar nesta Casa e ao seu redor. A exemplo de uma manifestação feita pelo deputado Capitão Alden que precisou da interveniência da segurança desta Casa, numa provocação a uma ação, a uma atividade dentro desta Casa. Mas, no nosso entendimento, é para votar “sim”, seguindo o relatório do deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Deputado Sandro, pela Oposição, encaminha voto “sim” pela suspensão; deputado Rosemberg, pela Maioria, pelo Governo, recomenda “sim”.

Srs. Deputados, vou mandar zerar o painel e marcar o tempo.

Já que são duas votações, gostaria de dizer, mais uma vez, que esta votação será secreta.

Está o.k.? Pode começar a votar? Está liberado o painel?

Já pode começar a votar.

Os Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes e em outras dependências, já foi iniciado o processo de votação do projeto oriundo do Conselho de Ética, acerca da suspensão do deputado Capitão Alden.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria reforçar o encaminhamento para que todos dessem o seu voto. Algumas pessoas que conversaram

comigo acharam que foi uma decisão muito branda, mas essa foi a decisão do Conselho de Ética.

Então, eu queria pedir para que todos os deputados e deputadas se atentassem a esse relatório e votassem favoravelmente a ele. É lógico que eu também fico indignado com as outras manifestações que aconteceram aqui por parte do deputado a quem o relatório apresenta essa punição, mas foi uma decisão da comissão depois de um grande debate. Fizemos, inclusive, uma conversa entre liderança da Maioria e liderança da Minoria.

Eu queria pedir a cada deputado, a cada deputada que nós respeitássemos esse encaminhamento, mesmo quando alguns deles entendem que é uma posição branda. Mas, se não votarmos favoravelmente, se votarmos contrariamente ou se não votarmos, na realidade, acabamos favorecendo o deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os Srs. Deputados que se encontram em outras dependências da Casa, já começamos o processo de votação.

Deputada Fabíola Mansur; deputado Fabrício Falcão; deputada Fátima Nunes; deputada Ivana, que estava aqui há pouco na Casa; deputado Josafá Marinho; deputado Jurailton; deputada Jusmari Oliveira; deputada Kátia; deputado Luiz Augusto, que estava há pouco na sessão; deputado Marquinho Viana; deputada Neusa Cadore; deputado Niltinho; deputado Aderbal.

A bancada encaminhou “sim”, deputado Aderbal.

Deputado Paulo Rangel Lula da Silva; deputado Robinho; deputado Paulo Câmara; deputado Vitor Bonfim...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, eu conversei com o relator dessa matéria e ele me informou que, no Regimento, não há previsão de suspensão maior que 30 dias. A pena prevista, após essa suspensão de 30 dias, seria a cassação. Eu tenho que dizer aqui, publicamente, Sr. Presidente, que se eu fosse do Conselho de Ética, meu voto seria pela cassação porque acho que foi um fato de gravidade extrema acusar colegas de desvio de conduta, de corrupção. Eu esperava até que o Capitão Alden estivesse hoje no Plenário para se explicar, para justificar, para pedir desculpas, pelo menos, aos outros deputados, mas nem aqui apareceu.

É um desrespeito completo com esta Casa, porque ele faz uma acusação sem provas e não tem a coragem... Porque muitas vezes ele teve a coragem de fazer a bravata lá fora. Ele tem de ter a coragem de vir aqui, olhar no olho de cada um que ele ofendeu, que ele caluniou, e pedir desculpas. Ele é um reincidente. Toda vez apronta em relação a esta Casa, a esta instituição e à democracia, e ele está querendo utilizar isso como um trunfo político para adquirir dividendos eleitorais.

Então, a minha questão de ordem é no sentido de que a gente possa rever essa questão das punições em relação ao Conselho de Ética, para que não fiquem 30 dias, umas férias – como todo mundo está dizendo – para o deputado que caluniou, que

agrediu, que difamou os colegas nesta Casa. Que a gente possa atualizar as regras do Conselho de Ética. E convoco, convido o deputado Alden, tão corajoso ao abrir vídeo, ao acusar as pessoas, para que venha a este Plenário agora e faça a sua defesa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, estamos em processo de votação.

A deputada Ivana Bastos estava, há pouco, no Plenário.

O Sr. Bira Corôa: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ivana, já. Votou agora.

Um minuto, Bira.

Chamo os deputados Fabíola, Alex Lima, Jurailton, Kátia Oliveira, Niltinho, Robinho, Tum, Vitor Bonfim, Rogério Andrade.

Já votaram 43 deputados.

Srs. Deputados, nós vamos esperar até o final. Já votaram 43 deputados. Alguns deputados estão ausentes, mas...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) nós vamos usar todo o tempo para que não seja arguida nenhuma falha no trâmite da votação.

O Sr. Bira Corôa: Sr. Presidente...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, eu queria uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou conceder, primeiro, ao deputado Bira Corôa, que pediu antes; depois, concedo a V. Ex.^a.

O Sr. Sandro Régis: Ah, ótimo. É até a mesma questão de ordem, eu e Bira, no mesmo sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa: Sr. Presidente, eu quero externar a minha preocupação. Eu concordei com a relatoria. Votamos pela ação do relator, respeitando o Regimento desta Casa, como muito bem foi pontuado pelo deputado Robinson Almeida.

Mas, Sr. Presidente, eu temo que a gente não crie um precedente de impunidade nesta Casa. O respeito aos pares e o respeito à instituição são a base da sustentação da instituição. E o que ocorreu no fato do Capitão Alden foi desrespeitar a instituição e desrespeitar os pares que representam essa instituição em nome da sociedade baiana. Isso não pode passar, apenas, como uma mão passando pela cabeça ou um faz de contas. Esta é uma preocupação.

E, aproveito, Sr. Presidente, para colocar, como questão de ordem, uma sugestão para esta Casa: que seja estabelecido que o acesso ao Plenário e aos espaços desta Casa só seja permitido a parlamentares, visitantes e servidores devidamente vacinados, a fim de se garantir o enfrentamento e preservar o bem-estar de todos e todas. Vidas importam.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, o deputado Rosemberg me apresentou o projeto do deputado Fabrício Falcão, e nós assinamos a dispensa de formalidade.

Então, eu queria reforçar com V. Ex.^a que, aqui, nesta Casa também, seja servidor, seja parlamentar, que nós só possamos exercer, no exercício de nosso mandato, e o servidor, seja ele comissionado, seja concursado, tendo respeitado o protocolo da campanha de vacina contra a Covid.

Eu acho isso de suprema importância, pois não importa qual seja o parlamentar. Se ele não se vacinar, eu acho que ele não tem o direito de trazer o risco para os funcionários da Casa e para os colegas parlamentares.

É essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o deputado Fabrício apresentou um projeto extremamente importante para este momento. O deputado Sandro Régis já relatou aqui. Eu pedi, inclusive, que o deputado Fabrício viesse para o Plenário, para que pudesse, talvez, por emenda de relator, adendar a essa preocupação feita pelo deputado Sandro Régis, porque não é justo que a Assembleia Legislativa aprove um projeto com relação aos servidores do estado; e isso, também, não repercute para os servidores da Casa Legislativa; e nós parlamentares, porque nós não podemos votar algo que a gente não pratique.

Então, eu acho que é de tamanha importância que, no que pese não ter esse entendimento jurídico do parlamentar como servidor público, mas acho que nós temos de seguir nessa mesma linha.

Deputado Sandro, atendendo ao seu questionamento, eu vou pedir ao deputado Fabrício vir aqui para a gente incluir, também, os parlamentares desta Casa.

O Sr. Marquinho Viana: Sr. Presidente, uma questão de ordem para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Os projetos dos deputados estaduais têm previsão de pautar com o líder da Minoria e o líder do Governo? Digo porque tem um projeto de lei, de minha autoria, que institui e disciplina o serviço eletrônico prestado de forma eletrônica e desburocratizada pelas centrais eletrônicas das atividades naturais de registro no âmbito do estado da Bahia. Quer dizer que os cartórios vão poder fornecer certidões eletronicamente.

Vários estados já aprovaram esse projeto. Acho que oito ou nove estados aprovaram esse projeto. Está, aí, tramitando. Queria pedir a colaboração do líder da Minoria com o líder da Maioria para pautar os projetos de lei dos deputados estaduais.

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, vamos começar este projeto em Barra da Estiva, como exemplo. Se, em Barra da Estiva, estiver dando certo, nós estendemos para o resto da Bahia.

Esta é a minha sugestão, Sr. Presidente.

(Procede-se à continuação da votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sr. Deputados, foram 52 votos nesta tarde.

Quanto ao deputado Carlos Ubaldino, peço a todos os colegas oração, porque ele teve um infarto. Mas, graças a Deus, ele está em tratamento no Hospital Santa Izabel. Portanto, não pôde estar presente.

Não votaram os deputados Alex Lima; Fátima Nunes também não está presente; José de Arimateia; Jurailton Santos; Kátia Oliveira; Robinho esteve aqui, nesta tarde, mas depois não esteve presente; Tum; nosso amigo Tom Araujo se encontra recuperando em São Paulo, a quem desejamos a sua volta o mais rápido possível ao nosso convívio; e Talita Oliveira.

Portanto, foram 52 votos.

Eu peço ao pessoal para a gente abrir a votação para vermos quantos votos “sim” ou “não”.

Então, dos 53 presentes, quatro entenderam que o Capitão Alden não deveria ser punido e 49 votos entenderam que, conforme o Conselho de Ética recomendou, o Capitão Alden fosse suspenso.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.957/2021

Estabelece a suspensão temporária por 30 (trinta) dias do exercício do mandato o deputado Capitão Alden.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspenso por 30 dias do exercício do mandato o Deputado Capitão Alden, com fulcro no Art. 9º, IV e Art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Assembleia.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 21 de julho de 2021.

Deputado MARQUINHO VIANA
Presidente

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos tem por objetivo estabelecer a suspensão temporária por 30 (trinta) dias do exercício do mandato o Deputado Capitão Alden, com fulcro no Art. 9º, IV e Art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Assembleia, considerando que os membros deste Conselho, após instauração dos procedimentos legais e apuração dos fatos constantes da Representação 0001/21 imputados ao Deputado Capitão Alden, acolheram a orientação do Relator do processo, o Deputado Luciano Simões Filho.

Sala das Sessões, 21 de julho de 2021.

Deputado Marquinho Viana
Presidente

Deputado Sandro Régis
Vice-presidente

Deputado Aderbal Caldas
Deputado Bobô
Deputado Euclides Fernandes
Deputado Luciano Simões Filho
Deputada Fabíola Mansur
Deputado Zé Raimundo Lula

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, infelizmente, repito, infelizmente, pela primeira vez, pelo que eu sei, um colega nosso é punido.

Que sirva de exemplo, apesar de ser uma punição, conforme o deputado Robinson falou, branda pelas acusações **feitas a colegas nossos da Oposição**. Todos são homens e mulheres de responsabilidade. Quando forem usar da palavra, saber o que estão falando, para que não vire, vamos dizer assim, eu não digo rotina, mas que não aconteça novamente, porque ninguém se sente feliz, aqui, nenhum colega em punir outro colega. Mas não tinha outro caminho.

Então, portanto, encerramos esta questão do Capitão Alden.

Srs. Deputados, por acordo de lideranças, foram dispensadas todas as formalidades ao projeto de lei do deputado Fabrício Falcão. O Projeto de Lei nº 24.286/2021 institui a obrigatoriedade do comprovante de vacinação contra a Covid-19 a todos os servidores e agentes públicos do estado da Bahia.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Zó.

Questão de ordem do deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Vou aguardar o relatório do deputado. Quero pedir vista desse projeto, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pode ler o seu voto, deputado Zó.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Sr. Presidente, há um rito nesta Casa que é a dispensa de formalidade das partes. E, por conta disso, quando há das lideranças, não há que se falar em pedido de vista. Senão, nós teríamos mudado o rito da Casa há mais de 20 anos.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, o projeto foi apresentado agora.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis: Eu quero dizer a V. Ex.^a que cabe a V. Ex.^a acatar ou não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Sandro Régis: Mas houve um acordo de liderança para esse projeto do deputado Fabrício Falcão vir a Plenário. Cada deputado votará de acordo com sua consciência. Mas se V. Ex.^a acatar o pedido de vista do deputado Prisco, que é de nossa bancada, os líderes e as suas assinaturas deixam de valer neste Plenário.

Então, V. Ex.^a irá decidir da melhor forma que couber à sua Presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a tem toda razão, deputado...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Foi feito um acordo de pedido de inversão de pauta...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não entendi.

O Sr. Soldado Prisco: Tinha sido feito um acordo primeiro...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah, sim, sim... O.k.

O Sr. Soldado Prisco: (...) um acordo de inversão de pauta. O outro projeto, que estava na pauta, era o projeto do Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso.

O deputado se confundiu...

O Sr. Soldado Prisco: O outro projeto que estava na pauta era o projeto do Executivo, e não teve nenhuma solicitação. Eu quero pedir vista do projeto do Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Entendi. É depois.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., O.k.

O Sr. Soldado Prisco: Sim, não vai votar. Mas ele estava na pauta. Não houve inversão de pauta, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., V. Ex.^a tem razão.

O Sr. Soldado Prisco: Não houve inversão de pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nós estávamos com dois projetos inicialmente. O primeiro projeto é do governo. Depois, por acordo de lideranças, foi o segundo projeto do Capitão Alden. Houve o acordo das lideranças. Invertemos, colocando primeiro o do Capitão Alden, que acabamos de votar.

V. Ex.^a tem razão.

Mas só que, nesse intervalo, houve acordos novamente entre as lideranças para o projeto do deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, não houve acordo sobre a mudança novamente disso. O acordo que foi para acatar o projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Houve até porque já está assinado aqui, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, mas olhe bem...

O Sr. Soldado Prisco: O acordo que foi para acatar o projeto, não para a reversão de pauta!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está assinado aqui, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, não tem problema, então. Dá vista ao outro projeto. Vamos fazer o seguinte: eu vou relatar o projeto, e ele pede vista. Depois, voltaremos ao projeto do deputado Fabrício.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Deputado Zó, 1 minuto. O deputado Rosemberg vai relatar o projeto oriundo do Executivo e, depois, em seguida, colocaremos o do deputado Fabrício Falcão.

Com a palavra o deputado Rosemberg para relatar o Projeto Lei nº 24.263/2021, que autoriza o Poder Executivo a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de precatório federal, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputas, imprensa, servidoras, servidores, passo a relatar o parecer.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.263/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza o Poder Executivo a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de precatório federal, e dá outras providências’”.

Srs. Deputados. Sr.^{as} Deputadas, este projeto de autoria do Poder Executivo tem por objetivo a autorização para “(...) ceder, parcialmente, à instituição financeira pública, créditos decorrentes de precatório expedido na Ação Cível Originária nº 648, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, recebendo em contrapartida os recursos

financeiros correspondentes, que serão destinados exclusivamente a despesas de capital com o financiamento de projetos, ações ou programas para manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, tratando-se de investimentos de grande relevância e impacto para o futuro dos estudantes, reiterando-se, assim, o compromisso do Governo do Estado com a educação de qualidade, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa, cabendo ainda ressaltar que, de acordo com o art. 1º da proposição, a cessão parcial poderá ser realizada até o limite de setecentos e cinquenta milhões de reais. ...”

Isso significa algo, Srs. Deputados e telespectadores da *TV ALBA* em relação aos precatórios, originários do Fundeb, diversos municípios já receberam; agora, o governo do estado. Bem, desses precatórios, o governo do estado faz uma seleção no valor de R\$ 750 milhões para que possa negociar, com a instituição financeira pública, a antecipação desses créditos para investimentos na área da educação, especificamente, dentro dos programas já existentes, garantindo assim uma melhor educação e distribuição de renda no campo da educação.

(Lê) *“(...) O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além da inexistência de restrições quanto ao seu mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.*

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 21 de setembro de 2021.”

Fico triste com pedido de vista, mas aceitarei, uma vez que o deputado Prisco certamente quer estudar melhor essa matéria.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Continuo pedindo vista do projeto, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Soldado Prisco.

Então, concedida vista ao projeto que o deputado Rosenberg acabou de dar o parecer. Vamos agora para...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, já conversei com o líder Sandro aqui, e estou pedindo vistas desse projeto também. Eu já conversei com o líder aqui sobre...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os dois projetos?

O Sr. Soldado Prisco: Exatamente. Como pedi vista dos dois projetos, a sessão encerra. Se eu estou pedindo vista do outro projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deixe-me entender. V. Ex.^a também pediu vista do projeto do Executivo? É isso?

O Sr. Soldado Prisco: É.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então o projeto do deputado Fabrício Falcão...

O Sr. Soldado Prisco: Eu pedi vista dos dois.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas primeiro o deputado Zó, que será o relator, precisa dar o parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zó.

O Sr. ZÓ: Presidente, colegas deputados, colegas deputadas, primeiro, quero parabenizar o deputado Fabrício por este projeto. Parabenizo também os dois líderes pelo acordo feito, demonstrando sensibilidade com a população da Bahia, com a população do Brasil. Queria deixar o meu agradecimento em nome do povo baiano.

Presidente, quero registrar que consta aqui uma emenda de relator incluindo também os agentes públicos, ou seja, deputados e deputadas, governador, vice-governador, vereadores, vereadoras. Gostaria que o Plenário também acatasse essa emenda, porque todos nós, que recebemos muitas pessoas, circulamos muito, temos de estar imunizados.

Segue o relatório.

Justificativa: O presente projeto de lei torna obrigatória a imunização contra a Covid-19 a todos os servidores e agentes públicos do estado da Bahia. Imunizar-se é dever de todos os agentes públicos e um compromisso do estado para o retorno às atividades normais.

Com a expectativa da vacinação cada vez maior, a Bahia se prepara para o retorno ordenado das atividades de forma presencial. No entanto, a politização da vacina, alimentada com notícias falsas, as chamadas *fake news*, e o negacionismo de toda ordem influenciam muitos baianos e muitas baianas a não se imunizarem, ou a escolherem vacinas, ou até a recusá-las.

Nesse aspecto, os servidores públicos estaduais são alvo dessa onda negacionista, o que é perigoso e controverso, pois a não imunização de uma parcela deles pode afetar o retorno às atividades presenciais dos órgãos públicos ou colocar em risco os demais servidores das repartições públicas em que atuam.

A vacina é a principal forma de se combater a pandemia do coronavírus, e o servidor não vacinado pode colocar em risco a saúde dos seus colegas. Portanto, preservar de risco de contágio o ambiente de trabalho, fazendo com que a liberdade individual não prevaleça sobre o interesse coletivo, é o que se propõe com essa propositura.

Diante do exposto, pretende-se com esse projeto de lei instituir a obrigatoriedade da vacinação dos servidores e servidoras públicos do estado da Bahia, para que as repartições públicas voltem a prestar serviços à população, observando as regras de prevenção e as demais normas de segurança, como o uso de máscara e do álcool em gel.

O projeto é constitucionalmente legal, está dentro do que preceitua a Constituição. Por isso, este relatório é favorável ao projeto do deputado Fabrício Falcão.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Em votação...

O Sr. Alan Sanches: Para discutir... Vou me pronunciar daqui mesmo, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu gostaria de informar aos Srs. Deputados que, como sempre foi feito, não vamos desmoralizar os acordos feitos pelas bancadas. Então não será concedida vista. Esse projeto será colocado em votação.

O Sr. Soldado Prisco: Eu quero discutir o projeto, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu acho que o deputado Fabrício foi extremamente feliz quando propôs este projeto...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, eu quero discutir o projeto...

O Sr. Alan Sanches: (...) porque todos nós acompanhamos o que vem acontecendo com toda a população. Se hoje existe uma queda gigantesca na contaminação, no uso de UTI, no uso de leitos clínicos, é justamente por causa da vacinação.

Não cabe a ninguém colocar em risco a vida da sua família, da minha família, da família de quem quer que seja. Acredito que nem haveria a necessidade de um projeto desses, mas, diante de tantas cabeças que pensam diferente, eu parabeno aqui o colega Fabrício pela apresentação dessa proposição. Votarei favoravelmente.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Soldado Prisco: Como o próprio nobre deputado colocou, não cabe a ninguém deixar de ser vacinado. Eu também concordo. Agora, o projeto coloca só o servidor. Qual é a lógica de você exigir, nesta Casa ou em qualquer estabelecimento público, que só o servidor esteja vacinado, enquanto o cidadão vai adentrar e vai contaminar todo mundo? Não tem lógica nenhuma isso.

O projeto especifica, por exemplo, que só vai poder adentrar esta Casa o servidor público, os deputados e os servidores nomeados que estiverem vacinados. Então, os civis podem adentrar esta Casa sem estarem vacinados e contaminar todo mundo? Não tem lógica!

Não estou questionando a vacinação. Fui vacinado duas vezes, sou a favor da vacina, sou a favor da ciência; fui vacinado e divulguei. Agora, essa lógica aí está simplesmente punindo o servidor público. Se é para vacinar todos – como o próprio deputado, que é médico, falou, e eu concordo com ele –, ninguém pode deixar de ser vacinado. Ninguém! Não pode ser uma obrigatoriedade somente para o servidor público, não.

É esse o questionamento. Por isso, pedi vista do projeto para fazer essa discussão. Se é para todo mundo, é para todo mundo...

O Sr. Carlos Geilson: Deputado Prisco...

O Sr. Soldado Prisco: (...) A vacinação não é só para o servidor público, é para todo o povo brasileiro. Agora, inclusive, de 11 a 100 anos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado...

O Sr. Soldado Prisco: Então não há lógica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, eu concordo com V. Ex.^a. Claro, esta Presidência tem de respeitar os líderes, mas nessa parte eu concordo com V. Ex.^a...

O Sr. Soldado Prisco: Não tem sentido!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) não se pode colocar somente os funcionários públicos.

O Sr. Soldado Prisco: Por que a vacinação está sendo exigida somente dos funcionários públicos? É só eles que estão contaminando?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou dar minha opinião aqui. Claro que tudo acordado é feito, mas eu acredito que se adiarmos, deputado Fabrício, por mais uma semana...

O Sr. Soldado Prisco: Eu estou pedindo vista para fazer emenda...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) para aperfeiçoarmos esse projeto, não terá problema. Concorda, deputado Rosemberg? Deputado Sandro?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não vai alterar em nada adiarmos por 8 dias.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olhe bem, nós não podemos legislar sobre algumas questões da iniciativa privada...

O Sr. Carlos Geilson: Da iniciativa privada, não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) e individual...

O Sr. Soldado Prisco: Na vacinação?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós estamos falando sobre vacinação...

O Sr. Soldado Prisco: É para todos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) área que já tem a regularização, e eu não posso obrigar as pessoas a se vacinarem. O que estamos colocando para o servidor público – V. Ex.^a precisa ler o projeto –, é que para ele adentrar o serviço público, é necessário que esteja vacinado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah, é ao serviço público?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Se o cidadão não se vacinou, nós não podemos obrigá-lo...

O Sr. Soldado Prisco: Mas esse mesmo cidadão vai usar o serviço público.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) porque é um direito individual.

O Sr. Soldado Prisco: Mas o cidadão vai usar o serviço público. Se a lógica é a contaminação...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, querido, eu não falei...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Peço 1 minuto a todos.

O Sr. Fabrício Falcão: Presidente, eu queria usar da palavra. Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma.

O Sr. Fabrício Falcão: Por favor, rapidinho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou conceder a palavra a todos, mas cada fala na sua vez. Se não for assim, ninguém entende nada.

Vai concluir, Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para concluir, é o seguinte: quando o autor apresenta o projeto de lei, é no sentido da exigência de vacinação dos servidores no exercício do serviço público – e foram agregados aqui os deputados; nós não estamos perseguindo os deputados –, porque eles atendem o público. Como é que eles, que atendem o público, não vão se vacinar?

O servidor público tem o direito de não se vacinar, mas, se ele não se vacinar, não poderá ir trabalhar. É sobre isso que está versando este projeto de lei. Nós não estamos obrigando a se vacinar, porque nós não podemos extrapolar o direito individual do cidadão. Agora, precisamos criar regras para o serviço público. Ou seja, se o servidor público não quer se vacinar, ele não pode servir ao público, sob pena de contaminar as pessoas. É disso que nós estamos falando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Fabrício.

O Sr. Fabrício Falcão: Em primeiro lugar, boa tarde a todos os deputados, às Sr.^{as} Deputadas. Queria agradecer...

Deputado Prisco, o senhor poderia me escutar?

(...) ao meu nobre amigo deputado Sandro Régis; ao nobre amigo deputado Rosemberg.

Presidente, eu não sou advogado, mas entendo um pouco de lei e tenho bons advogados. Nós, como deputados estaduais, não podemos criar leis sobre empresas privadas ou órgãos federais. Nós podemos versar leis sobre órgãos estaduais.

Presidente Adolfo, a nossa lei pode incidir sobre o servidor público estadual ou municipal. Nós não podemos fazer uma lei que atinja o servidor federal, porque isso cabe ao Congresso Nacional. Inclusive, há leis iguais à minha no Congresso para serem votadas, e essas leis podem atingir qualquer servidor público ou privado em nível de Brasil. Então, a nossa lei só pode atingir o servidor estadual. Ela pode atingir a mim, como deputado, e pode atingir a mim como professor concursado que sou do estado da Bahia há 20 anos. Também pode atingir tanto o deputado Prisco quanto o policial Prisco, como servidor público.

E a nossa lei só pode atingir o servidor público estadual na relação dele com a população baiana. Eu estudei essa proposição. Essa lei foi aprovada em diversos estados do Brasil. Os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul e de São Paulo a

aprovaram agora. Ela não pode ser aprovada para o âmbito federal, porque nós somos deputados estaduais. Eu botei vários advogados para estudar e para compor essa lei, que é clara. Eu não fiz essa lei na escura, não. Eu passei um bom tempo e, nesse quesito, ela tem legalidade. Agradeço aos colegas nesse sentido.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, 1 minuto. O professor Zé Raimundo pediu uma questão de ordem. Vou conceder, professor Zé Raimundo...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, ele está fazendo uma colocação errada, só quem pode legislar sobre o servidor público é o Poder Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, vou conceder novamente. Há outros deputados que pediram questão de ordem.

Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Colegas deputados e deputadas, a minha questão de ordem, Sr. Presidente, de fato é de ordem, é regimental. Veja bem, se o deputado pedir vista do projeto, a sessão cai. E como já foi feito acordo, não cabe pedido de vista.

No meu entendimento, Sr. Presidente, temos de votar o projeto do governo e, em seguida, o projeto do deputado Jean Fabrício. Se for concedido o pedido de vista para o projeto do Executivo, a sessão cai, Sr. Presidente.

Esse é o meu entendimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Professor Zé Raimundo, com todo o respeito, mas nós consultamos aqui o nosso servidor Carlos, e ele disse que, como houve acordo de liderança, não cai. Eu também tinha dúvida, o Regimento – não é, deputado Carlos Geilson? – é muito complexo. Eu imaginei que cairia se pedisse vista, mas não cai, professor, porque houve acordo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olha bem, um projeto dessa magnitude...

Deputado Fabrício, por gentileza.

(...) com as assinaturas dos líderes da Maioria e da Minoria, na minha opinião deve ser votado de comum acordo. Estava conversando com o deputado Sandro Régis sobre isso.

Todos aqui têm o entendimento de que o deputado Fabrício está correto ao apresentar o projeto nesse formato. Mas se temos alguma divergência em relação à redação, eu queria – e o deputado Sandro me disse aqui – pedir vênias ao deputado Fabrício e dizer que nos comprometemos a votar na próxima sessão. Feitas as novas redações, tanto pelo Governo quanto pela Oposição, votamos o projeto de comum acordo.

O deputado Soldado Prisco não pede vista, a gente retira a tramitação e o deputado Zó faz uma nova apresentação na próxima sessão, com as alterações que não

gerem dúvidas nem possíveis inconstitucionalidades no projeto. Queria pedir a isso ao deputado Fabrício, já que há esse entendimento.

Era o encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Srs. Deputados.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão. Até a próxima terça, se Deus permitir.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.